



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PERFIL DAS DECLARAÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA
PESSOA FÍSICA DO VALE DO TAQUARI - RS**

Monique Luana Immich Schuster

Lajeado, novembro de 2019

Monique Luana Immich Schuster

**PERFIL DAS DECLARAÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA
PESSOA FÍSICA DO VALE DO TAQUARI - RS**

Monografia apresentada na disciplina de Estágio Supervisionado em Contabilidade II, do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Adriano José Azeredo

Lajeado, novembro de 2019

RESUMO

O tema Imposto de Renda Pessoa Física faz parte da vida dos brasileiros, seja pela arrecadação mensal descontada em folha de pagamento, por carnê-leão ou pela Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física. O número de contribuintes obrigados a entregar a declaração anual está aumentando, e neste contexto, o principal objetivo desta monografia foi conhecer o perfil das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física do Vale do Taquari – RS e os riscos que cada uma pode trazer ao contador contratado para preencher e entregar a declaração, e ao contribuinte, conforme sua complexidade. A pesquisa utilizou entrevistas para os contadores que preenchem declarações e questionários para os contribuintes, e através da análise dos dados, apontou perfis de maior destaque entre os contribuintes, e as principais características das declarações, conforme as informações que geralmente são declaradas. Foram analisados também os riscos em relação à complexidade das operações contidas nas Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física, e como os profissionais e os contribuintes lidam com essas questões. A técnica utilizada na coleta de dados possibilitou analisar as opiniões de ambas as partes e relacioná-las, enriquecendo a pesquisa. Após a análise dos dados, percebeu-se que os contribuintes possuem um perfil mais jovem, com maior remuneração e escolaridade, enquanto que a maioria das declarações são compostas de operações simples, sem grandes complexidades, sendo o principal motivo para entrega-la, o fator renda. Notou-se também que os profissionais costumam trabalhar da mesma forma em relação ao preço dos serviços, na qual todos possuem um valor mínimo fixo, que sofre alterações conforme alguns fatores que os profissionais levam em consideração.

Palavras-chave: Imposto de Renda Pessoa Física. Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física. Impostos. Riscos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da Carga Tributária no Brasil – 2007 a 2017.....	14
Gráfico 2 – Arrecadação tributária x PIB de 2007 a 2017	15
Gráfico 3 – Participação do Imposto de Renda na Receita Tributária da União.....	24
Gráfico 4 – Quantidade de alíquotas da Tabela Progressiva do IRPF nos exercícios de 1924 a 2016.....	26
Gráfico 5 – Maiores alíquotas da Tabela Progressiva do IRPF nos exercícios de 1924 a 2016.....	27
Gráfico 6 – Quantidade de DIRPFs preenchidas em formulário e computador entre 1991 e 2010.....	29
Gráfico 7 – Gênero e Faixa etária	48
Gráfico 8 – Escolaridade e Renda média mensal	49
Gráfico 9 – Área de atuação.....	50

Gráfico 10 – Opção de descontos	52
Gráfico 11 – Quem preenche a DIRPF e porque a escolha	53
Gráfico 12 – Opinião sobre preço dos serviços em relação aos riscos assumidos pelo profissional	54
Gráfico 13 – Disponibilização da documentação.....	55
Gráfico 14 – Transparência na declaração das informações	56
Gráfico 15 – Diferenciais nas DIRPFs – Carnê-leão e Doações	57
Gráfico 16 – Diferenciais nas DIRPFs – Investimentos na Bolsa de Valores.....	58
Gráfico 17 – Relação de documentos	59
Gráfico 18 – Feedback e responsabilidades	60
Gráfico 19 – Responsabilização.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – IRBES – Índice de Retorno ao Bem-Estar da Sociedade.....	16
Quadro 2 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.....	18
Quadro 3 – Motivos de declarar o IRPF	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação percentual de cada base de incidência de 2003 a 2012.....	17
Tabela 2 –Tabela Progressiva do IRRF	25
Tabela 3 – Tabela progressiva anual do IRPF exercício 2017	27
Tabela 4 – Carga Tributária Bruta dos tributos de 2003 a 2012 - % PIB.....	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Tema.....	9
1.1.1 Delimitação do tema	9
1.2 Problema de pesquisa	9
1.3 Objetivos.....	10
1.3.1 Objetivo geral	10
1.3.2 Objetivos específicos	10
1.4 Justificativa	11
 2 REFERENCIAL TEÓRICO	 12
2.1 Tributos no Brasil	12
2.2 Espécies de Tributos	17
2.2.1 Taxas.....	19
2.2.2 Contribuições de Melhoria	20
2.2.3 Impostos	21
2.3 Imposto de Renda	22
2.3.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica.....	24
2.3.2 Imposto de Renda Pessoa Física	25
2.4 Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física	29
2.4.1 Rendimentos Tributáveis	31

2.4.2 Rendimentos Isentos e Não Tributáveis	33
2.4.3 Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva.....	34
2.4.4 Rendimentos Tributáveis de PJ (Imposto com Exigibilidade Suspensa).....	34
2.4.5 Rendimentos Recebidos Acumuladamente.....	35
2.4.6 Imposto Pago/Retido e Pagamentos Efetuados.....	36
2.4.7 Doações Efetuadas	37
2.4.8 Bens e Direitos e Dívidas e Ônus Reais.....	38
2.4.9 Declaração de Ajuste Anual – Ocupação Espólio.....	38
2.4.10 Doações a Partidos Políticos e Candidatos.....	39
2.5 Riscos	39
 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	 42
3.1 Tipos de Pesquisa.....	42
3.1.1 Quanto ao modo de abordagem	43
3.1.2 Segundo o objetivo geral	43
3.1.3 Segundo os procedimentos técnicos	44
3.2 Universo e Amostra	44
3.3 Coleta de dados	45
3.4 Pré-teste.....	45
3.5 Análise dos dados	45
3.6 Limitações do método	46
 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E DOS QUESTIONÁRIOS	 47
4.1 Análise dos questionários aplicado aos contribuintes	47
4.1.1 Perfil dos contribuintes	47
4.1.2 Preenchimento das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física.....	51
4.1.3 Características das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física.....	55
4.1.4 Relação com o risco	58
4.2 Análise das entrevistas com contadores.....	62
4.2.1 Perfil dos contribuintes	62
4.2.2 Custo de elaboração das DIRPFs baseado nos riscos e disponibilização de informações.....	64

4.2.3 Nível de complexidade das DIRPFs.....	66
4.2.4 Relação com os riscos	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICES	80
Apêndice A – Roteiro de questões das entrevistas	80
Apêndice B – Roteiro do questionário	81

1 INTRODUÇÃO

Criado com o intuito de redistribuição de renda, o Imposto de Renda Pessoa Física é, desde 1979, responsável pela maior arrecadação tributária do Brasil (Receita Federal do Brasil, 2016).

A Receita Federal do Brasil (RFB) é a grande responsável por fiscalizar o imposto, que é estabelecido pela Constituição Federal juntamente com o Decreto nº 9.580/2019, do Imposto de Renda. O Imposto de Renda arrecadado é de competência da União, que posteriormente o redistribui para os Estados e Municípios.

O Imposto de Renda Pessoa Física devido, é calculado com base em uma tabela que, na teoria, usa alíquotas progressivas, na qual quanto maior a renda tributável, maior a alíquota aplicada e consequentemente, maior é o valor do imposto devido. Assim, os contribuintes com renda maior, pagam mais e os com renda menor, pagam menos. Porém, na prática, não se alcança esse resultado.

Com uma tabela defasada em 95,4%, segundo pesquisa do Jornal O Dia (2019), a cada ano mais pessoas se enquadram na obrigatoriedade da entrega da DIRPF (Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física) e ficam sujeitas a pagar mais um imposto, além dos tantos que já pagam diariamente, mesmo não tendo uma renda muito alta, se comparada ao aumento dos preços do mercado.

Conforme dados do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), desde 1996 à 2018 a inflação foi de 309,7%, enquanto que no mesmo período a correção da tabela do IRPF foi de apenas 109,63%. Basicamente, esses índices revelam que a correção anual do salário mínimo é superior ao reajuste da tabela, o que consequentemente faz com que, ao longo dos anos, mais brasileiros alcancem o

somatório de rendimentos tributáveis necessários para se enquadrarem na obrigatoriedade de declarar o Imposto de Renda.

O Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) arrecadado não possui uma destinação específica, e acaba sendo usado para financiar políticas públicas como programas do Governo, que visam melhorar a vida dos cidadãos em áreas como a educação, saúde e lazer.

Um levantamento publicado pela Receita Federal do Brasil em maio de 2019, mostra que em todo o país, 30.677.080 declarações foram entregues até às 23h59min do dia 30 de abril de 2019, término do prazo de entrega, referentes ao ano-calendário 2018.

Com base nesses dados, podemos perceber a relevância que o imposto tem na vida dos brasileiros, já que sua arrecadação retorna em investimentos visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros e por isso é tratado com tanta seriedade e requer muita transparência em suas declarações.

1.1 Tema

Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física e a complexidade das informações contidas na mesma.

1.1.1 Delimitação do tema

O estudo se delimita a analisar o perfil das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física entregues em 2019, referente ao ano-calendário de 2018, por contadores e contribuintes do Vale do Taquari.

1.2 Problema de pesquisa

Tendo em vista a importância da prestação de contas com a Receita Federal do Brasil e do preenchimento correto de todas as declarações, surge uma certa insegurança entre os contribuintes em cometer um equívoco na hora de informar os dados necessários na DIRPF. Geralmente os contribuintes buscam o auxílio de um

contador para que prestem o serviço de preenchimento e entrega da declaração e consequentemente assumam os riscos.

O contador precisa analisar o perfil de cada declaração a ser entregue, a fim de conhecer as informações necessárias para o preenchimento e saber quais riscos está assumindo. Com base nisso, o presente trabalho buscou responder ao seguinte problema de pesquisa:

Quais os perfis dos declarantes e os riscos das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física entregues por contadores do Vale do Taquari – RS?

1.3 Objetivos

Em seguida, estão descritos o objetivo geral e os objetivos específicos do presente trabalho.

1.3.1 Objetivo geral

Conhecer o perfil das declarações de Imposto de Renda Pessoa Física dos contribuintes do Vale do Taquari.

1.3.2 Objetivos específicos

- Segregar o perfil dos contribuintes por suas áreas de atuação, renda média declarada e escolaridade;
- Analisar os fatores levados em consideração na formulação dos preços dos serviços de elaboração das declarações, baseados na obtenção de informações necessárias e riscos assumidos;
- Classificar o nível de complexidade das declarações entregues no Vale do Taquari;
- Relacionar o nível de complexidade das DIRPFs com os riscos que cada uma pode gerar ao declarante e ao prestador do serviço.

1.4 Justificativa

A pesquisa foi desenvolvida a fim de analisar em profundidade o perfil das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física. O assunto está presente na vida de muitos brasileiros, que por algum motivo ficam obrigados a declarar o IRPF, mas que por diversas vezes não têm um conhecimento claro a respeito do que realmente é o IRPF e como sua declaração deve ser feita.

Esse pode ser um fato preocupante, já que muitas pessoas ficam sujeitas a pagar valores altos, tanto pelos honorários do profissional que faz a DIRPF quanto pelo valor do imposto devido, mas que não buscam entender o que realmente gera essa obrigatoriedade e faz com que o IRPF exija tanta dedicação e responsabilidade.

Para que os contribuintes e profissionais possam trabalhar juntos na coleta das informações necessárias e facilitar a entrega da DIRPF, é importante que ambos entendam de maneira clara e sucinta os itens que a compõem. Trazer esses conhecimentos para a realidade de cada contribuinte, conforme suas necessidades é um importante passo para a obtenção de resultados positivos e realizar a entrega da DIRPF com sucesso.

Outra parte importante desse processo é o conhecimento dos riscos que o contador assume juntamente com o contribuinte e a quais penalidades ambos ficam expostos a partir do momento em que for entregue uma declaração. Tendo esse entendimento, ambos tendem a se tornar mais comprometidos a desempenharem seus papéis e a trabalharem juntos na entrega da DIRPF.

Tendo em vista que a pesquisa se refere às declarações de contribuintes que vivem no Vale do Taquari/RS, é interessante realizar o levantamento desses dados a respeito do perfil das declarações e dos contribuintes para analisar vários aspectos regionais, como as principais atividades dos contribuintes, gêneros mais comuns, a complexidade das declarações e o que as tornam complexas, o valor médio arrecadado com esse imposto, entre outros aspectos.

Não foram localizadas outras pesquisas que fizessem a análise dos mesmos aspectos que a presente monografia, aplicada ao Vale do Taquari, o que acaba resultando em uma certa inovação no assunto.

A partir dessas questões deu-se um direcionamento à presente pesquisa, na qual o entendimento dos perfis das DIRPFs é considerado peça chave para o êxito na entrega das declarações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para complementar os conhecimentos sobre o tema estudado, foi realizada a busca de dados secundários, através de bibliografias e textos digitais. O referencial teórico constitui a base do trabalho, apresentando os conceitos e as informações que serviram de auxílio na elaboração da pesquisa.

2.1 Tributos no Brasil

A história dos tributos no Brasil teve início em meados de 1500, com a chegada dos portugueses, que, para manter o poder sobre o vasto território encontrado, cobravam tributos sobre todo o pau-brasil que era extraído da colônia brasileira. Criou-se então o que ficou conhecido como a primeira fase de tributação do Brasil, na qual cada uma das quinze Capitanias Hereditárias possuía um Capitão-Mor, responsável por cobrar os tributos de suas jurisdições e repassar à Monarquia Portuguesa (FERREIRA, 1986).

Conforme Sabbag (2016), no início da história fiscal, os tributos decorriam da vontade do soberano e a partir disso era atribuído à lei. Atualmente, resultam de exigências do Estado, que os instituem conforme um fato gerador específico, e utilizam os valores arrecadados para financiar programas do governo.

Conforme as atividades com fins lucrativos surgiam no Brasil, foram criados órgãos fiscalizadores e novos tributos. Um deles foi o Imposto sobre Importação, criado após a vinda da Família Real Portuguesa, em 1789, que abriu os portos brasileiros para o recebimento de mercadorias de nações parceiras, e sentiu a necessidade de implantar esse imposto não somente para a arrecadação, mas também para o protecionismo dos produtos internos e para o incentivo à exportação (FERREIRA, 1986).

O Brasil seguia a evolução do conceito de tributos da Europa que, após a Revolução Francesa de 1789, estabeleceu que a contribuição para custear a administração pública e os serviços administrativos deveria ser repartida entre todos os cidadãos, e de acordo com suas responsabilidades. No período colonial, o Brasil esteve submetido a um sistema fiscal feudal, que onerava os produtos da terra e os frutos do mar (FAVACHO, 2010).

Conforme Favacho (2010), através da passagem de diversos momentos históricos e com a criação e alteração de leis e constituições ao longo de muitos anos, chegamos ao Código Tributário Nacional de 25 de outubro de 1966, e à Constituição da República Federativa Brasileira, de 05 de outubro de 1988, responsáveis por conceituar e regulamentar os tributos, suas origens e sua arrecadação.

A Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 passou a denominar-se Código Tributário Nacional, e nasceu sob o regime da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1946. O CTN é separado em duas partes: o Livro 1 – Sistema Tributário Nacional, e Livro 2 – Normas Gerais do Direito Tributário (FAVACHO, 2010).

Segundo os artigos 3º, 4º e 5º do Código Tributário Nacional (Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966), tributo é toda contribuição em dinheiro paga pelos cidadãos, em conformidade com as leis específicas que os regulamentam, com o objetivo de arrecadar verbas para financiar atividades incumbidas ao Estado e promover o bem comum de todos.

Os primeiros artigos do Código Tributário Nacional (CTN, 1966) deixam explícita a necessidade do pagamento dos tributos ser feito através de moeda corrente nacional, exceto quando for permitido por lei o recebimento dos tributos em forma de

bens. Um exemplo é o caso do Decreto-lei nº 1.766/80, que autorizou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a receber imóveis como pagamento de débitos inscritos em dívida ativa, referentes ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

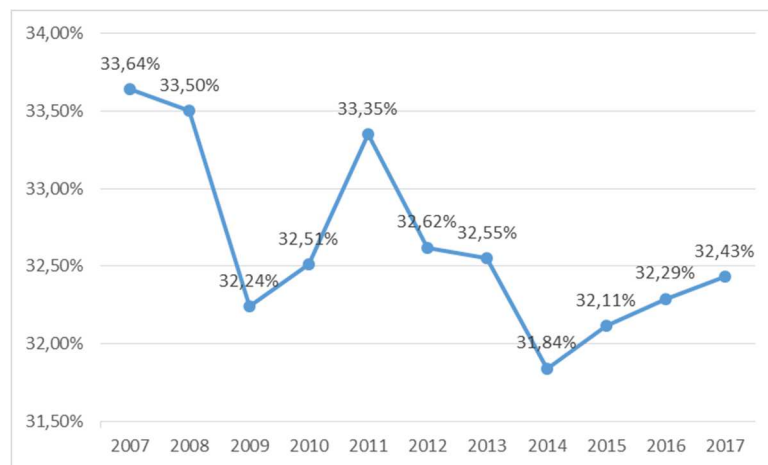
A imposição do tributo deve ser estritamente exigida em termos previamente definidos em lei, na qual os indivíduos contribuem para custear as despesas coletivas do Estado e outras entidades de fins públicos. Os tributos são receitas derivativas que, ao contrário das receitas originárias, não são produzidas pelo patrimônio público, e sim, somente arrecadadas por ele (AMARO, 2018).

Favacho (2010) defende que o conceito de tributo pode ser encontrado com facilidade em diversos artigos da Constituição Federal de 1988, não admitindo que a definição do termo seja instituída pelo Código Tributário Nacional, se sobrepondo ao conceito constitucional.

Os artigos 145, 148, 149 e 154 fazem parte do Capítulo intitulado como Sistema Tributário Nacional da Constituição Federal de 1988, e estabelecem que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderão instruir impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e até mesmo impostos extraordinários (FAVACHO, 2010).

O Brasil possui um histórico de cargas tributárias altas e uma grande variedade de impostos cobrados diariamente dos cidadãos. Uma pesquisa realizada pela Receita Federal do Brasil (RFB, 2018), mostra a evolução da carga tributária no Brasil entre os anos de 2007 e 2017:

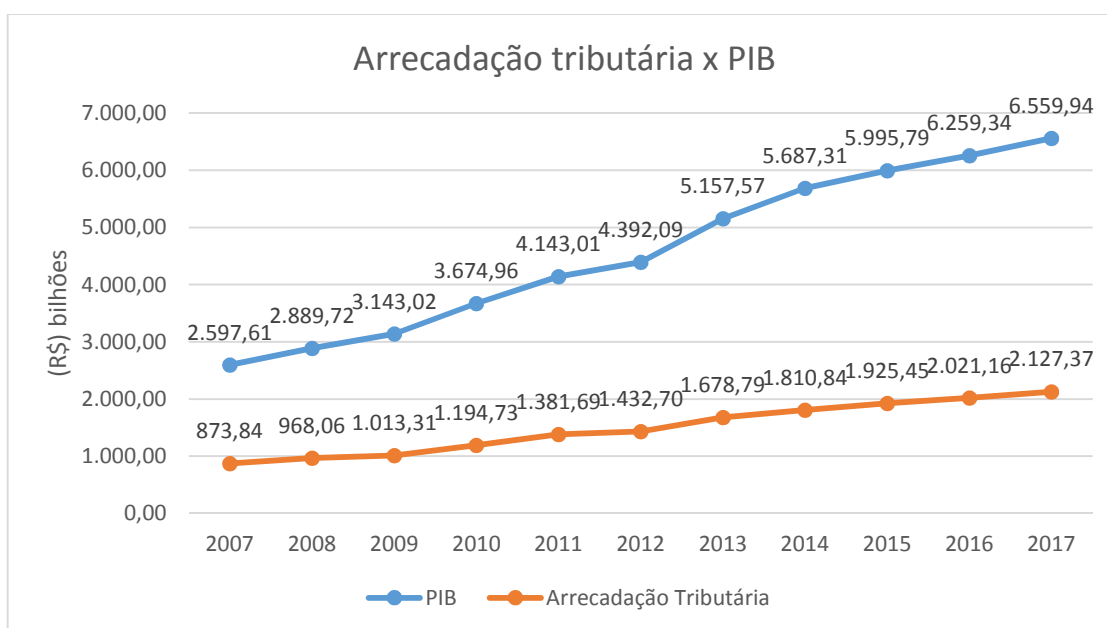
Gráfico 1 – Evolução da Carga Tributária no Brasil – 2007 a 2017



Fonte: Adaptado pelo autor com base em RFB (2018).

A carga tributária do período em análise se manteve superior a 30% do PIB dos anos abordados pelo Gráfico 1, fato que demonstra que a cada ano, a quantidade de impostos pagos pelos contribuintes compromete mais de 30% do valor que o país gera de receitas através de bens e serviços. Em dez anos, o Produto Interno Bruto cresceu constantemente, enquanto a arrecadação tributária teve pequenas oscilações, porém se mantendo dentro da mesma faixa. Conclui-se então que em 2007 a carga tributária do país comprometia uma fatia maior do PIB, que na época era menor (RFB, 2018), conforme o Gráfico 2:

Gráfico 2 – Arrecadação tributária x PIB de 2007 a 2017



Fonte: Adaptado pelo autor com base em RFB (2018).

Um estudo realizado em maio de 2015 pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), em conjunto com o site de medição estatística Impostômetro, analisou que, em 2013, o Brasil fazia parte da lista dos 30 países com maior carga tributária do mundo. Neste ano, a carga tributária do país representou 35,04% em relação ao PIB (IBPT, 2015). Além de possuir uma carga tributária alta, entre os 30 países que participaram da pesquisa, o Brasil ficou na última colocação do ranking do índice de retorno ao bem-estar da sociedade. É o que mostra o quadro a seguir:

Quadro 1 – IRBES – Índice de Retorno ao Bem-Estar da Sociedade

DESCRIÇÃO	IRBES - ÍNDICE DE RETORNO AO BEM ESTAR DA SOCIEDADE				
RANKING	ANO 2013	ANO 2013	ÍNDICE OBTIDO	RESULTADO	RESULTADO
30 PAÍSES DE MAIOR TRIBUTAÇÃO	C.T. SOBRE O PIB	IDH	IRBES	RANKING	RANKING ANTERIOR
AUSTRÁLIA	27,30%	0,933	162,91	1º	2º
CORÉIA DO SUL	24,30%	0,891	162,79	2º	3º
ESTADOS UNIDOS	26,40%	0,914	162,33	3º	1º
SUIÇA	27,10%	0,917	161,78	4º	5º
IRLANDA	28,30%	0,899	158,87	5º	4º
JAPÃO	29,50%	0,890	156,73	6º	6º
CANADA	30,60%	0,902	156,48	7º	7º
NOVA ZELANDIA	32,10%	0,910	155,44	8º	8º
ISRAEL	30,50%	0,888	155,41	9º	10º
REINO UNIDO	32,90%	0,892	152,99	10º	17º
URUGUAI	26,30%	0,790	151,91	11º	13º
ESLOVAQUIA	29,60%	0,830	151,51	12º	11º
ESPANHA	32,60%	0,869	151,38	13º	12º
ISLANDIA	35,50%	0,895	150,25	14º	15º
ALEMANHA	36,70%	0,911	150,23	15º	14º
GRÉCIA	33,50%	0,853	148,98	16º	16º
REPÚBLICA TCHECA	34,10%	0,861	148,97	17º	18º
NORUEGA	40,80%	0,944	148,32	18º	20º
ARGENTINA	31,20%	0,808	147,80	19º	24º
ESLOVENIA	36,80%	0,874	146,97	20º	19º
LUXEMBRUGO	39,30%	0,881	144,69	21º	21º
SUECIA	42,80%	0,898	141,15	22º	23º
AUSTRIA	42,50%	0,881	141,01	23º	22º
FRANÇA	43,00%	0,884	140,69	24º	29º
BELGICA	43,20%	0,881	140,21	25º	9º
ITALIA	42,60%	0,872	140,13	26º	27º
HUNGRIA	38,90%	0,818	139,80	27º	25º
DINAMARCA	45,20%	0,900	139,52	28º	28º
FINLÂNDIA	44,00%	0,879	139,12	29º	26º
BRASIL	35,04%	0,744	137,94	30º	30º

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Impostômetro (2013).

Ao analisar o ranking, percebemos que o Brasil de fato não é o país com maior carga tributária, porém o retorno do valor arrecadado em prol do bem-estar da sociedade é o mais baixo se comparado aos demais países participantes da pesquisa, colocando o Brasil em última colocação (IBPT, 2015).

Um levantamento feito pela Receita Federal do Brasil (2013), mostra a participação percentual dos tributos na carga tributária total, separados pelas suas referidas bases de incidência. Dados que constam na Tabela 1:

Tabela 1 – Participação percentual de cada base de incidência de 2003 a 2012

BASE DE INCIDÊNCIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Tributos sobre a Renda e Propriedade	21,86%	20,51%	21,90%	21,82%	22,71%	23,83%	23,36%	21,94%	22,72%	21,69%
Tributos sobre Bens e Serviços	49,04%	50,42%	48,89%	48,52%	47,72%	49,50%	48,31%	49,73%	49,22%	49,73%
Tributos sobre Folha de Salários	23,86%	23,90%	24,21%	24,63%	24,40%	24,59%	26,42%	26,14%	25,76%	26,53%
Tributos sobre Transações Financeiras/Demais	5,24%	5,17%	5,00%	5,02%	5,17%	2,07%	1,91%	2,20%	2,30%	2,04%

Fonte: Adaptado pelo autor com base em RFB (2013).

Nota-se um grande peso no percentual dos Tributos sobre Bens e Serviços, sendo o responsável por quase metade da arrecadação total. Os tributos incluídos nessa base de incidência têm suas alíquotas fixas, ou seja, todos os cidadãos ficam sujeitos a pagar a mesma quantia de tributos, indiferente da sua renda. Ao contrário disso, temos os Tributos sobre a Renda e Propriedade que, entre outros, inclui o Imposto de Renda. O percentual de arrecadação desse grupo também é considerável, todavia, o princípio da progressividade assegura que as alíquotas incidentes variem de acordo com a renda dos contribuintes, o que faz com que os de maior renda paguem mais, e os de menor renda, menos (CASTRO, 2014).

2.2 Espécies de Tributos

Os tributos são subdivididos em espécies, que surgem a partir de um fato gerador, que pode ser vinculado ou não vinculado. Quando houver a concretização

de qualquer hipótese prevista em lei, haverá a incidência de determinado tributo, regulamentado por uma lei específica (FABRETTI, 2017).

Paulsen (2018) afirma que um dos aspectos principais para a identificação das espécies tributárias é a destinação legal ou finalidade, já que a denominação atribuída a determinado tributo por quem o cria, pode ser equivocada. Portanto, sempre que um novo tributo é criado deve haver uma profunda análise para conhecer seu fato gerador, sua proposta, qual órgão o regulamenta e para qual fim será sua arrecadação. A partir disso, independente da denominação atribuída à ele, obtém-se a espécie tributária a qual esse tributo se enquadra.

Fala-se em espécies porque mesmo cada uma tendo suas particularidades, todas se enquadram no gênero “tributos” e têm como característica em comum o regime jurídico dos tributos. Em algumas citações até se fala de seis espécies: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuições sociais e contribuições especiais (SCHOUERI, 2018).

Porém, segundo o art. 5º do Código Tributário Nacional, há três espécies de tributos, sendo elas: impostos, taxas e contribuições de melhoria, o que vai de encontro com o estabelecido no art. 145, inc. I, II e III da CFB/88. Já Amaro (2018) argumenta que os Empréstimos Compulsórios e Contribuições Especiais estão estabelecidos nos arts. 148 e 149 na CFB/88, e que também se enquadram no conceito de tributos. É o que mostra o Quadro 2:

Quadro 2 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

TRIBUTOS	FATO GERADOR	QUEM ARRECADA	PRINCIPAIS	DESTINAÇÃO
Impostos	Instituídos por lei, cobrados sobre a geração de riquezas	Competência privativa da União, Estados, Distrito Federal e Municípios	Imposto sobre a Renda, Imposto Propriedade Territorial Urbana, Imposto Propriedade de Veículos Automotores, Imposto Territorial Rural	Sem destinação a um órgão público específico; Financiar as despesas do Estado
Taxas	Prestação de serviços e/ou fiscalização pela Administração; ato do Estado	Administração Pública; Estado	Taxa de Iluminação Pública, coleta de lixo, alvarás, taxa de localização, taxa de polícia	Pagar o serviço prestado e fiscalização pública
Contribuições de Melhoria	Obras públicas que beneficiem o contribuinte	Administração Pública; Estado	Pavimentação, construção de áreas de lazer, postos, escolas	Custear obra pública que beneficie o contribuinte

Fonte: Adaptado pelo autor conforme CTN (1966).

As taxas e contribuições de melhorias são classificadas como tendo um fato gerador vinculado, ou seja, realizado pela própria Administração, através da prestação de serviços e/ou fiscalização. Já os impostos possuem um fato gerador considerado não vinculado, na qual não diz respeito à atividade da Administração, e sim ao próprio contribuinte (PAULSEN, 2018).

2.2.1 Taxas

As taxas “têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestado ou colocado à disposição do contribuinte” (FABRETTI, 2017, pg. 108). Em outras palavras, conforme Amaro (2018), o fato gerador da taxa não é um ato do contribuinte, e sim do Estado, que exerce uma determinada atividade e cobra a taxa das pessoas que irão usufruir desse benefício.

Conforme Paulsen (2018), diferentemente dos impostos, as taxas são tributos com finalidade específica, explica ainda sua origem:

O interesse público impõe ao Estado que exerça o poder de polícia administrativa e que preste determinados serviços. Contudo, não há porque toda a sociedade participar do custeio de tais atividades estatais na mesma medida quando sejam específicas, divisíveis e realizadas diretamente em face de ou para determinado contribuinte que a provoca ou a demanda. Daí a outorga de competência para a instituição de tributo que atribua o custeio de tais atividades específicas e divisíveis às pessoas às quais dizem respeito, conforme o custo individual do serviço que lhes foi prestado ou fiscalização a que foram submetidas (PAULSEN, 2018, texto digital).

Conforme Schoueri (2018), é possível apontar duas subespécies de taxas: as taxas em razão do exercício do poder de polícia e as taxas de serviços públicos. Em ambos os casos, tem-se que a taxa é paga porque alguém causou uma despesa estatal.

O art. 78 do CTN especifica o conceito jurídico de poder de polícia no sentido de que o Estado busca garantir o bem comum, intervindo quando necessário e assegurando o convívio social.

As taxas de serviços públicos, especificadas no art. 79 do CTN, são cobradas dos contribuintes quando houver a prestação dos serviços oferecidos pelo Estado ou,

até mesmo, quando o contribuinte não o tiver utilizado efetivamente, apesar de estar sendo ofertado, já que a utilização deste é compulsória (SCHOUERI, 2018).

As taxas possuem caráter remuneratório e, mesmo não sendo possível apurar um custo exato do serviço oferecido, devem manter uma razoável equivalência com a despesa (OLIVEIRA, 1991).

2.2.2 Contribuições de Melhoria

A contribuição de melhoria, segundo Fabretti (2017), é uma espécie de tributo que só pode ser cobrada em decorrência de obras públicas que resultem na valorização imobiliária para o contribuinte, como por exemplo a construção de praças públicas e áreas de lazer, a pavimentação de vias públicas, investimento em iluminação pública, construção de escolas e postos de saúde, entre outros.

Regulamentada nos arts. 81 e 82 do CTN, a contribuição de melhoria exige requisitos mínimos para que possa ser instituída e cobrada. Faz-se necessária a publicação prévia de elementos como o memorial descritivo do projeto, orçamento do custo da obra, a parcela do custo que será financiada pela contribuição e até mesmo a área que será utilizada para a obra e, conseqüentemente, beneficiada. Por fim, é fundamental que os contribuintes beneficiados tenham um prazo superior a trinta dias para se opor a qualquer elemento que julgarem incorretos ou duvidosos.

A exigência desses requisitos mínimos e a possibilidade de impugnação por parte dos contribuintes que se opuserem à algum item, acaba dificultando a instituição da contribuição. Em face dessa dificuldade, a contribuição de melhoria, na prática, raramente é cobrada (FABRETTI, 2017).

Conforme Schoueri (2018), as contribuições de melhoria muitas vezes não são instituídas pelos poderes públicos, que têm preferência por financiar suas obras através de recursos públicos destinados a eles.

O valor das contribuições de melhoria cobradas vão de acordo com o limite individual que, segundo os termos da legislação complementar vigente, é a valorização do imóvel resultante da obra; e o limite total, que é o custo da obra. A

contribuição cobrada dos beneficiários não pode exceder o custo total da obra (SCHOUERI, 2018).

2.2.3 Impostos

Imposto é aquele que, uma vez instituído por lei, é devido pelo contribuinte, não estando vinculado a nenhuma prestação específica do Estado ao sujeito ativo. Atribuído pela CF/88, o imposto é de competência privativa, ou seja, é exclusivamente da União, Estados, Municípios e/ou Distrito Federal (FABRETTI, 2017).

Está definido no art. 16 do CTN, onde “imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade específica, relativa ao contribuinte”.

Conforme Paulsen (2018), os impostos devem incidir necessariamente sobre a geração de riqueza do contribuinte, e o produto arrecadado não deve ser destinado a um órgão público específico, e sim ser redistribuído às ações do Estado com fins de melhoria da qualidade de vida desses contribuintes.

Schoueri (2018) afirma que há uma justificativa para a cobrança de impostos: a necessidade financeira do Estado, na qual todos os cidadãos são chamados a contribuir para pagar as despesas gerais.

O Brasil possui uma ampla variedade de impostos com diferentes fatos geradores e, conforme os arts. 153 a 156 da CF, suas competências são, respectivamente, da União, Estados e Distrito Federal, e Municípios (BRASIL, 1988).

Conforme os arts. 153 e 154, compete à União os impostos sobre importação de produtos estrangeiros, exportação de produtos nacionais, renda e proventos de qualquer natureza, produtos industrializados, operações de crédito, câmbio e seguros relativos a títulos ou valores mobiliários, propriedade territorial rural e grandes fortunas. Fica disposto ainda à União, mediante lei complementar, instituir impostos não previstos na Constituição Federal, contanto que sejam não-cumulativos e que o fato gerador não seja nenhum dos citados acima, além de, em caso de guerra extrema, ter o poder de instituir impostos extraordinários (BRASIL, 1988).

Uma pesquisa publicada em 2016 no Portal Educação, mostra que os impostos federais representam 65,95% de todo o imposto arrecadado. Os principais impostos que competem à União e que têm seu fato gerador disposto nos artigos da CF/88 são: II – Imposto sobre Importação; IE – Imposto sobre Exportação; IR – Imposto de Renda (pessoa física e jurídica); IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados; IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; ITR – Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; IGF – Imposto sobre Grandes Fortunas.

O art. 155 dispõe dos impostos competentes aos Estados e Distrito Federal sobre transmissão causa mortis (herança) e doação, de bens ou direitos, circulação de mercadorias e serviços de transportes interestaduais e intermunicipais, e de comunicação; propriedade de veículos automotores.

Os tributos estaduais equivalem a 28,47% de todo o imposto arrecadado, conforme o Portal da Educação (2016), na qual os principais impostos são: ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços; ITCMD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação; IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.

Conforme o art. 156 da CF, compete aos municípios os impostos incidentes sobre propriedade predial e territorial urbana, transmissão de bens imóveis e serviços de qualquer natureza.

Representando 5,58% de todos os impostos arrecadados, os impostos municipais são: ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis; ISS – Imposto sobre Serviços; e IPTU – Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (PORTAL EDUCAÇÃO, 2016).

Desde o início do ano (2019) até o mês de abril, foram arrecadados mais de R\$ 107 bilhões em impostos no Brasil, segundo o Portal da Transparência (2019).

2.3 Imposto de Renda

O Imposto de Renda (IR), segundo art. 43 do CTN, tem como fato gerador a aquisição de disponibilidade de renda e proventos de qualquer natureza, entendidos

como acréscimos patrimoniais, na qual a renda é todo o ganho resultante do capital ou do trabalho, e os proventos são considerados rendimentos tributáveis sobre atividades que já cessaram, porém continuam auferindo ganho (PAULSEN e MELO, 2006).

A competência para a instituição do Imposto de Renda consta no art. 153 inciso III da CF/88, que em seu § 2º estabelece critérios para sua instituição, como generalidade, universalidade e progressividade (PAULSEN e MELO, 2006).

O critério da generalidade, segundo Costa (2003) assegura que o tributo deve abranger de maneira igual, todas as pessoas que auferam renda e proventos que se enquadra na hipótese de incidência, sem privilégios e discriminações. No antigo direito constitucional havia imunidades na incidência sobre o recebimento de benefícios ou mordomias para autoridades públicas, o que passa a ser vedado com o princípio da generalidade (MARTINS, 1996).

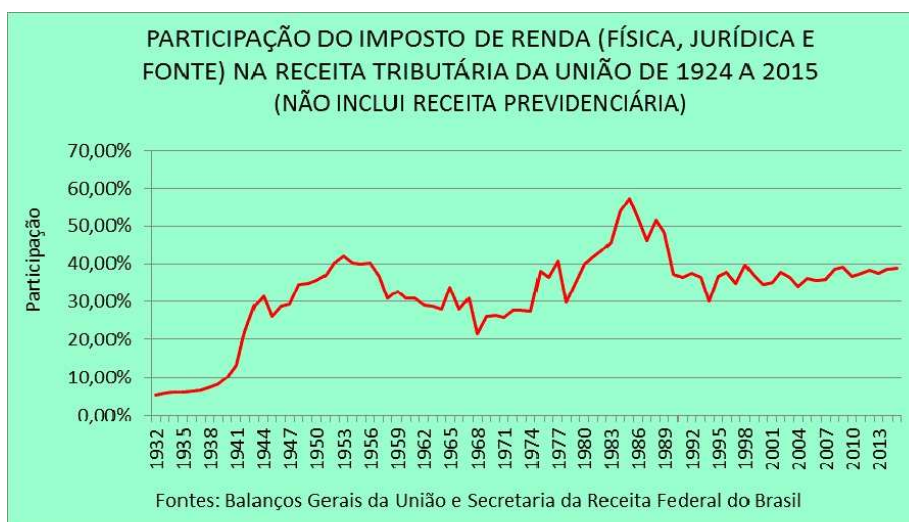
O segundo critério, da universalidade, diz respeito à abrangência da base de cálculo do IR, que deve incidir sobre todas as rendas e proventos auferidos pelo contribuinte, sem exceções ou isenções, afirmam Paulsen e Melo (2006).

A progressividade é o critério que exige que a alíquota do imposto se eleve à medida em que aumenta a base de cálculo. Em outras palavras, o princípio tem a finalidade de manter as alíquotas de acordo com a capacidade contributiva de cada um, na qual quem possui uma base de cálculo maior, pagará mais imposto (COSTA, 2003).

O Imposto de Renda foi instituído no Brasil em 1922, mediante a Lei de Orçamento nº 4.625 de 31 de dezembro, mas que, devido à dificuldade de arrecadação, passou por algumas alterações, sendo implantado em 1924, optando-se então pela progressividade de suas alíquotas. Desde então, o Imposto de Renda é considerado um importante imposto da União, no entanto, uma análise realizada por Costa (2003) mostra que a participação do Imposto de Renda sobre a receita tributária da União ainda é baixa, se comparada a países desenvolvidos, onde a participação representa 70%.

Um estudo feito pela Receita Federal do Brasil (2015) que demonstra a participação do Imposto de Renda (física, jurídica e retido na fonte) na receita tributária da União dos anos de 1924 a 2013 confirma que o percentual de contribuição poderia ser mais elevado, conforme o Gráfico 3:

Gráfico 3 – Participação do Imposto de Renda na Receita Tributária da União



Fonte: RFB (2015, texto digital).

Ao analisar o Gráfico 3, percebe-se que a participação do IR na receita da União se manteve em ascensão durante muito tempo, chegando a quase 60% entre os anos de 1983 e 1986.

Como o IR é um valor anual descontado sobre os rendimentos tanto dos trabalhadores como das empresas do Brasil, ele é dividido em duas categorias: o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) (RFB, 2015).

2.3.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é destinado às empresas brasileiras, na qual a alíquota incide sobre o lucro apurado, que pode ser real, presumido ou arbitrado, dependendo do porte da empresa e da atividade desenvolvida. A alíquota vigente desde o ano-calendário de 1996 é de 15% sobre todo o lucro apurado pelas pessoas jurídicas em geral, independente da sua opção tributária (RFB, 2015).

Conforme a RFB (2015), as pessoas jurídicas que obtiverem lucro real superior a R\$ 20 mil por mês, ficam sujeitas ainda à incidência do adicional de 10% sobre a parcela que exceder esse valor. Quando o período de apuração do IRPJ for superior a um mês, faz-se necessário multiplicar R\$ 20 mil pelo número de meses do período a ser apurado.

Outro imposto a ser recolhido pelas empresas é o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Estão sujeitos à incidência do IRRF os rendimentos auferidos por pessoas físicas, pagos por outras pessoas físicas ou jurídicas, nas quais se destacam os rendimentos de trabalhos assalariados e não assalariados. Segundo Higuchi (2017) as alíquotas de retenção do imposto estão padronizadas em uma tabela progressiva que abrange todos os tipos de rendimentos, representada na Tabela 2:

Tabela 2 –Tabela Progressiva do IRRF

Base de cálculo	Alíquota	Parcela a deduzir do IR
Até R\$ 1.903,98	-	-
De R\$1.903,99 a R\$2.826,65	7,5%	R\$ 142,80
De R\$2.826,66 a R\$3.751,05	15%	R\$ 354,80
De R\$3.751,06 a R\$4.664,68	22,5%	R\$ 636,13
Acima de R\$4.664,69	27,5%	R\$ 869,36

Fonte: Adaptado pelo autor conforme RFB (2019, texto digital).

Os contribuintes que recebem rendimentos de trabalho assalariados inferior a R\$1.903,98 ficam isentos de reter o IRRF mensal, que será descontado na sua folha de pagamento. O rendimento tributável para o IRRF é o rendimento bruto que o trabalhador tem a receber, descontado parcelas como auxílio alimentação, transporte e auxílio, entre outros, que são considerados isentos de incidência do IRRF (HIGUCHI, 2017).

Segundo a RFB (2019), o IRRF recolhido durante o ano-calendário poderá ser deduzido da base de cálculo do IRPF, aos contribuintes que entregarem a declaração, ficando passíveis à restituição caso o valor já retido durante o ano-calendário seja superior ao valor de IRPF devido.

2.3.2 Imposto de Renda Pessoa Física

O Imposto de Renda Pessoa Física incide sobre a renda e os proventos de contribuintes residentes no Brasil, ou que residam no exterior mas recebem rendimentos de fontes brasileiras. Suas alíquotas são variáveis de acordo com a renda dos contribuintes, onde as de menor renda não são afetados pela tributação (RFB, 2015).

Uma das principais características do IRPF é a progressividade, que institui a necessidade de que a tabela de alíquotas incidentes sobre a base de cálculo, seja crescente de acordo com as faixas de renda dos contribuintes. Com isso, fica explícita a ideia de que quem recebe renda maior, paga mais imposto (CASTRO, 2014).

Desde sua instauração no Brasil, em 1924, o IRPF possuiu diversas alíquotas e de valores variados até chegarmos às condições atuais, com 4 alíquotas progressivas (RFB, 2016). É o que nos mostram os Gráficos 4 e 5:

Gráfico 4 – Quantidade de alíquotas da Tabela Progressiva do IRPF nos exercícios de 1924 a 2016



Fonte: RFB (2016, texto digital).

Gráfico 5 – Maiores alíquotas da Tabela Progressiva do IRPF nos exercícios de 1924 a 2016



Fonte: RFB (2016, texto digital).

Ao analisar os gráficos, percebe-se que ao ser instituído no Brasil, o IRPF possuía nove alíquotas, e que seu maior valor era 9%, tendo um aumento de 1% a cada nível de enquadramento das rendas tributáveis dos contribuintes. Tem-se um aumento constante na quantidade de alíquotas, chegando a quinze em 1949 e posteriormente em 1976. O valor das alíquotas também teve grande oscilação ao longo dos anos, chegando a alcançar quase 70% no seu auge, em 1964. Nos exercícios de 2002 a 2009 houve uma estabilização da situação, na qual se admitiu duas alíquotas, de 15% e 27,5%. A situação atual teve início no exercício de 2010, com a implantação de quatro alíquotas, com valores de 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%.

Conforme disponibilizado do site da RFB (2016), a tabela progressiva anual do IRPF exercício de 2017, referente ao ano-calendário de 2016 é a seguinte:

Tabela 3 – Tabela progressiva anual do IRPF exercício 2017

Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IRPF (R\$)
Até 22.847,76	-	-
De 22.847,77 a 33.919,80	7,5	1.713,58
De 33.919,81 a 45.012,60	15	4.257,57
De 45.012,61 a 55.976,16	22,5	7.633,51
Acima de 55.976,16	27,5	10.432,32

Fonte: Adaptado pelo autor com base em RFB (2016).

A tabela de pagamentos do IRPF do exercício de 2017 mantém-se a mesma até o ano atual (2019), completando quatro anos sem reajustes. Antes disso, todos os reajustes feitos desde 1996 foram abaixo da inflação, resultando em uma grande defasagem dos índices do imposto (RFB, 2019).

O Imposto de Renda é considerado um importante imposto da União, em especial o IRPF, que deve ser declarado anualmente por quem se enquadrar na obrigatoriedade. Porém, mesmo sendo consideravelmente importante, e sofrendo uma fiscalização rígida, o IRPF representa uma pequena parcela da arrecadação total, conforme a Tabela 4:

Tabela 4 – Carga Tributária Bruta dos tributos de 2003 a 2012 - % PIB

BASE DE INCIDÊNCIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoa Física	2,03%	2,10%	2,25%	2,22%	2,33%	2,50%	2,35%	2,41%	2,60%	2,73%
Pessoa Jurídica	2,19%	2,17%	2,68%	2,65%	3,03%	3,18%	2,92%	2,56%	2,76%	2,38%
IR - Retenções não Allocáveis	1,59%	1,33%	1,39%	1,38%	1,26%	1,34%	1,22%	1,13%	1,36%	1,29%
Tributos sobre a Renda	5,82%	5,60%	6,32%	6,24%	6,63%	7,02%	6,49%	6,10%	6,72%	6,40%
Tributos sobre a Propriedade	1,13%	1,11%	1,13%	1,18%	1,21%	1,21%	1,28%	1,26%	1,31%	1,38%
Tributos sobre a Renda e Propriedade	6,95%	6,70%	7,45%	7,42%	7,84%	8,23%	7,78%	7,36%	8,02%	7,78%

Fonte: Adaptado pelo autor com base em RFB (2013)

Durante todo o período em análise, a arrecadação do IRPF não alcançou 3%, chegando, em 2012, a 2,73% em relação ao PIB. Esse percentual é relativamente baixo, se comparado aos de países de primeiro mundo, onde a arrecadação do IRPF pode chegar a quase 70%. Conforme o IBPT (2017), a Suécia é o país com a maior alíquota máxima, 58,2%, enquanto que no Brasil é de apenas 27,5%. Outro fato que deve ser levado em consideração é de que a população economicamente ativa do Brasil, que contribui com o IRPF, é de apenas 7%.

2.4 Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física

O IRPF pode ser arrecadado anualmente através da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF), que precisa seguir um padrão de preenchimento conforme a legislação, e que requer atenção devido aos altos riscos e penalidades. A instituição da DIRPF 2019, referente ao ano-calendário 2018 está disposta na Instrução Normativa nº 1871, de 2019 (RFB, 2019).

Conforme um levantamento da Receita Federal do Brasil, até o dia 30 de abril de 2019, foram entregues 30.677.080, referente ao ano calendário de 2018, alcançando a expectativa que era de aproximadamente 30,5 milhões.

Por muitos anos as DIRPFs eram entregues através de formulários em papel, o que acabou sendo extinto com o avanço da tecnologia. Os meios online de fazer a DIRPF se tornaram benéficos tanto para a facilidade e rapidez da entrega, quanto para a diminuição de sonegação de IR e um aumento no controle das declarações a serem entregues (RFB, 2010). O Gráfico 6 mostra o crescimento da adesão aos programas de computador para preencher e entregar as DIRPFs:

Gráfico 6 – Quantidade de DIRPFs preenchidas em formulário e computador entre 1991 e 2010



Fonte: RFB (2010, texto digital).

Atualmente, as DIRPFs podem ser entregues de três maneiras: por computador, através do Programa IRPF 2019, disponível no site da RFB; por meio de dispositivos móveis como tablets e smartphones, mediante acesso ao serviço

chamado Meu Imposto de Renda, disponível em APP para sistemas Android e iOS; e também por computador, acessando o serviço Meu Imposto de Renda, disponível no site da RFB, podendo ser acessado pelo Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) com o uso do certificado digital.

Em 2019, fica obrigado a entregar a DIRPF quem, no ano-calendário de 2018, recebeu rendimentos tributáveis cuja soma foi superior a R\$ 28.559,70, e em relação à atividade rural, obteve renda bruta superior a R\$ 142.798,50; quem recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00, obteve ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsa de valores; teve, em 31 de dezembro de 2018, posse ou propriedade de bens ou direitos, de valor total superior a R\$ 300.000,00. Conforme estabelecido na RFB (2019), mesmo não obrigada, qualquer pessoa física pode entregar a DIRPF, desde que não tenha constado em nenhuma outra declaração como dependente.

As pessoas que podem ser enquadradas como dependentes, segundo a RFB (2019) são cônjuges ou companheiros, filhos e enteados de até 21 anos, ou de qualquer idade quando considerados incapacitados física ou mentalmente, ou até 24 anos que estejam cursando ensino superior ou escola técnica. Se enquadram também, nas mesmas condições acima citadas, irmãos, netos, bisnetos e até mesmo menor pobre, de quem o contribuinte detenha guarda judicial, pais, avós e bisavós que, em 2018 tenham recebido rendimentos tributáveis, ou não, de até R\$ 22.847,76.

A Instrução Normativa nº 1871, de fevereiro de 2019 prevê multa para a não entrega da DIRPF, quando obrigatória, ou mesmo por sua apresentação após o prazo estipulado. O valor da multa será de 1% a cada mês de atraso, calculada sobre o total de imposto devido apurado na declaração, sendo o valor mínimo R\$ 165,74 e o valor máximo, 20% do IR devido.

O contribuinte pode, em muitos casos, optar por entregar a declaração de maneira simplificada ou completa. Na versão simplificada, não há a necessidade de comprovação das despesas, e por isso, gera um desconto padrão de 20% sobre os rendimentos tributáveis, limitado, em 2019, a R\$ 16.754,34. Já na declaração completa o abatimento do valor do imposto é maior, porém existe a necessidade de

comprovação das despesas com recibos e notas fiscais, e muitas vezes é escolhida pelos contribuintes que têm gastos altos com dependentes, educação e saúde, que são dedutíveis da base de cálculo (RFB, 2019).

A DIRPF precisa ser preenchida com informações detalhadas sobre ganhos e desembolsos efetuados pelo contribuinte no exercício, que justifiquem o aumento ou perda de seu patrimônio. O programa da DIRPF disponibilizado pela RFB, é minucioso em relação à isso, contendo campos específicos para cada informação relevante, a fim de gerar um imposto justo sobre o real ganho do contribuinte. Os principais itens a serem preenchidos na DIRPF são os Rendimentos Tributáveis, Não Tributáveis ou Isentos, Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva, Recebidos Acumuladamente, Impostos Pagos/Retidos, Doações Efetuadas, Bens e Direitos, Dívidas e Ônus Reais, Espólio e Doações a Partidos Políticos (RFB, 2019).

2.4.1 Rendimentos Tributáveis

Os Rendimentos Tributáveis para o IRPF são distintos conforme sua origem. Os primeiros são os rendimentos de trabalho, que consideram as remunerações resultantes do trabalho ou serviços prestados, com ou sem vínculo empregatício, tais como salários e ordenados, benefícios recebidos de entidades por planos de Previdência Complementar PGBL e FAPI, recebidos por titular ou sócio de pessoa jurídica como por exemplo o pró-labore, despesas ou encargos pagos pelos empregadores em benefício do empregado, como aluguéis, contribuições previdenciárias, imposto sobre a renda, seguros de vida e despesas com locomoção, honorários de autônomos, como médicos, dentistas, engenheiros, advogados, professor, contador, leiloeiro, entre outros (RFB, 2019).

Outras origens de rendimentos aceitas pela RFB são os rendimentos de aluguéis, sendo eles, “valores recebidos pela ocupação, sublocação, uso ou exploração de bens móveis e imóveis, royalties e os decorrentes de uso, fruição e exploração de direitos, inclusive autorais” (RFB, 2019, texto digital), bem como os rendimentos recebidos de pensão alimentícia, na qual os beneficiários ficam sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório, através do Carnê-Leão, mesmo para menores de idade.

Também são rendimentos tributáveis na declaração o resultado positivo auferido com a atividade rural, acréscimos e juros decorrentes de rendimentos, dividendos distribuídos a sócios e acionistas de pessoa jurídica tributada pelo lucro real, presumido ou arbitrado, que exceder ao valor apurado na escrituração, lucros e dividendos distribuídos por pessoa jurídica domiciliada no exterior, acréscimos patrimoniais não justificados pelos rendimentos declarados, dentre outros (RFB, 2019).

Ainda na área dos rendimentos tributáveis, estão inclusos também os recebidos no Exterior, como lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas domiciliadas no exterior. Segundo a RFB (2019), esses recebimentos devem ser convertidos em dólares dos Estados Unidos, pelo valor fixado pela autoridade monetária do país de origem dos rendimentos, considerando a data do recebimento. Em seguida, o valor é convertido em Reais, usando o câmbio do dólar para compra, estabelecido pelo Banco Central no último dia útil da primeira quinzena do mês anterior ao recebimento. Se o rendimento é proveniente de aplicação financeira, o tributo incide sobre o ganho de capital após convertido em Dólar e posteriormente, em Reais.

Conforme a RFB (2019), as informações da ficha de Rendimentos Tributáveis Recebidos por PJ são obtidas através do Informe de Rendimentos fornecido pela fonte pagadora, como as empresas, bancos, companhias de seguro e previdência e o INSS. Como a Receita utiliza essas informações para cruzar dados e apurar se houve sonegação ou não, os informes precisam estar em concordância com o que será informado pela empresa. Uma notícia publicada pelo Jornal O Globo alerta que erros no informe de rendimentos são o principal motivo de contribuintes caírem em malha fina.

Caso o contribuinte perceba um erro no informe de rendimentos, ele deve informar à fonte pagadora, comprovando o valor correto a ser informado com recibos e contracheques dos recebimentos do ano, e essa será responsável por retificar o informe. Na impossibilidade de correção, o contribuinte pode utilizar os comprovantes de renda mensais, porém estará sujeito à prestar comprovações de suas alegações. Se for informado o valor incorreto, haverá inconsistências após a entrega da DIRPF que, segundo a Receita Federal, serão informadas em até 24 horas no Portal e-CAC.

Caso haja uma Malha Fina, a tributação é de responsabilidade do contribuinte, que é o declarante e responde pelo documento que enviou.

Se o contribuinte recebe rendimentos tributáveis de Pessoas Físicas, é importante que ele declare o Carnê-leão, um imposto mensal obrigatório, fundamental para que os profissionais liberais legalizem seus ganhos, com a vantagem de poder descontar despesas referentes ao trabalho. Os contribuintes que se enquadram na obrigatoriedade de declarar o Carnê-Leão mensal são os profissionais liberais, tais como médicos, advogados, contadores, arquitetos, dentre outros; os profissionais autônomos, como pintores, taxistas, encanadores e eletricitas; os locadores, nas quais se enquadram as pessoas físicas que recebem pagamentos de aluguéis pela locação de imóveis; e os pensionistas alimentandos, que recebem pensões de outras pessoas físicas (RFB, 2019).

O contribuinte que não pagar mensalmente o IRPF através do Carnê-Leão, deverá regularizar sua situação antes de entregar a DIRPF. O não-recolhimento do Carnê-Leão aumenta o risco de a declaração cair na Malha Fina, podendo implicar em multas de até 50% do valor da operação e resultar em um processo de crime por evasão fiscal contra o contribuinte (RFB, 2019).

2.4.2 Rendimentos Isentos e Não Tributáveis

Conforme pesquisa divulgada na RFB (2019), os rendimentos isentos e não tributáveis são os quais não incide nenhum imposto quando auferidos. Quem receber mais de R\$ 40 mil em rendimentos isentos e não tributáveis fica sujeito à entregar a DIRPF.

Os principais recebimentos considerados isentos e não tributáveis, segundo a RFB (2019), são as bolsas de estudos e pesquisas caracterizadas como doação; capital de apólices de seguros pago por morte do segurado; indenizações por rescisão do contrato de trabalho; ganhos de capital na alienação de bens e/ou direitos com valor máximo de R\$ 20 mil para ações alienadas no mercado de balcão, e R\$ 35 mil nos demais casos, na alienação de imóvel único por valor igual ou inferior a R\$ 440 mil, e que não tenha efetuado alienação de nenhum outro imóvel nos últimos 5 anos,

ou ainda na venda de imóvel residencial para a aquisição de outro imóvel residencial, dentro de 180 dias a contar da data de assinatura do contrato de venda.

Aposentadoria e pensão recebidas em decorrência de doenças graves, rendimentos de caderneta de poupança, letras de créditos imobiliários e do agronegócio, resgates do FGTS, doações e heranças, restituições do IRPF de anos anteriores, seguro desemprego, lucros e dividendos recebidos, ganhos líquidos em ações negociadas à vista na Bolsa de Valores, cujo valor mensal seja igual ou inferior a R\$ 20 mil para o conjunto de ações e parcela de aposentadoria de até R\$ 1.787,77 mensais, para declarantes com mais de 65 anos também são exemplos de rendimentos sujeitos à isenção no IR (RFB, 2019).

2.4.3 Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva

Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva são os valores dos rendimentos que tiveram incidência de IRRF e não são passíveis de restituição. Segundo a RFB (2019), os rendimentos a serem informados nessa ficha são o 13º salário, ganhos de capital na alienação de bens e direitos, ganhos líquidos em renda variável, como bolsa de valores e fundos de investimentos imobiliários, rendimentos de aplicações financeiras, tais como renda fixa e fundos de investimentos, juros sobre o capital próprio, participação nos lucros e resultados e ainda prêmios em dinheiro obtidos em loterias, sorteios e concursos.

2.4.4 Rendimentos Tributáveis de PJ (Imposto com Exigibilidade Suspensa)

Rendimentos tributáveis na qual o imposto tem exigibilidade suspensa são os cuja incidência do imposto ainda não foi definida pelo Poder Judiciário, estando portanto, com a exigibilidade de recolhimento do IR suspensa. Caso haja, no informe de rendimentos fornecido pela fonte pagadora, algum valor descrito nesse item, ele deverá ser preenchido na declaração. Os dados que constarem nessa ficha são meramente informativos e não serão somados aos demais rendimentos tributáveis da DIRPF (RFB, 2019).

2.4.5 Rendimentos Recebidos Acumuladamente

Conforme a Receita Federal, esses rendimentos são considerados na hipótese de o contribuinte ter recebido rendimentos tributáveis de pessoas jurídicas ou físicas acumuladamente, referente anos anteriores, inclusive os oriundos de decisões das Justiças do Trabalho, Federal, Estaduais e do Distrito Federal.

Esse rendimento se refere a quaisquer acréscimos e juros decorrentes desse valor, e o 13º salário, excluídas as despesas com a ação judicial necessária para seu recebimento, quando pagas pelo contribuinte e não indenizadas. Para o correto preenchimento dos dados, segundo a RFB (2019) o contribuinte deve conter os documentos que demonstrem todos os valores recebidos e pagos relativos aos Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA).

O Decreto nº 9.580 de novembro de 2018 determina que os RRA sejam tributados exclusivamente na fonte, porém o contribuinte tem a opção de acrescentá-los à base de cálculo da Declaração de Ajuste Anual (DAA). Conforme a RFB (2019), caso seja optado pela tributação Ajuste Anual, esses rendimentos irão integrar a base de cálculo do IRPF do ano-calendário do recebimento. Neste caso, o imposto resultante da tributação exclusiva na fonte pago durante o ano-calendário do recebimento, é considerado antecipação do imposto devido apurado na DAA.

No caso de opção de tributação Exclusiva na Fonte, segundo a Instituição Normativa RFB nº 1500 de 2014, o imposto será calculando conforme a tabela progressiva resultante da multiplicação da quantidade de meses a que se referem os rendimentos, pelos valores constantes na tabela progressiva mensal correspondente ao mês do recebimento. Essa opção também deve ser escolhida na hipótese de a fonte pagadora não ter feito a retenção em conformidade com a legislação, ou mesmo tenha efetuado retenção indevida ou a maior. A opção de tributação exclusiva na fonte permite efetuar ajuste específico, resultando na apuração correta do imposto, onde o contribuinte pode ser restituído ou pagar a diferença faltante, nos mesmos prazos e condições do imposto apurado na DDA.

Em ambos os casos, o responsável pela retenção do IR deverá fornecer, conforme a lei do imposto, o Comprovante de Rendimentos Pagos e Retenção de Imposto de Renda na Fonte à pessoa física beneficiária, bem como apresentar à Secretaria da Receita Federal do Brasil uma declaração contendo informações a respeito dos valores pagos à pessoa física, o respectivo IRRF, a quantidade de meses, e se houver, as exclusões e deduções ocorridas (RFB, 2019).

2.4.6 Imposto Pago/Retido e Pagamentos Efetuados

Os contribuintes que durante o ano-calendário já recolheram valores de IR através do Carnê-Leão, do IRRF e até mesmo de pagamentos complementares que antecipam o recolhimento devido na DIRPF, deverão informá-los na declaração, visto que esses valores são passíveis de dedução na base de cálculo do Imposto de Renda (RFB, 2019).

Podem ser deduzidas também as despesas realizadas pelo contribuinte com a própria educação, bem como a de seus dependentes e alimentandos, tanto nos níveis infantil, fundamental, médio, educação superior e ensino técnico. Sua comprovação, segundo a RFB (2019), é por meio de recibos e notas fiscais, não podendo ser deduzidos gastos relativos, como por exemplo materiais escolares, uniformes, aulas particulares, cursos preparatórios, e aulas extraclasse. O limite de dedução anual individual estabelecido pela RFB é de R\$ 3.561,50.

Também são consideradas dedutíveis, despesas médicas das mais variadas áreas, planos de saúde, aparelhos ortopédicos, próteses ortopédicas e dentárias, estabelecimentos geriátricos qualificados como hospitais, estabelecimentos especializados em pessoas com deficiências físicas e/ou mentais, dentre outros (RFB, 2019).

Essas despesas, conforme a RFB, devem ser comprovadas mediante documentos contendo nome, endereço, o beneficiário, CPF ou CNPJ, laudos médicos para portadores de deficiências físicas ou mentais, e em casos de próteses são exigidas receitas médicas e odontológicas e nota fiscal em nome do beneficiário.

Também poderão reduzir a base de cálculo do imposto, pagamentos de pensões alimentícias, planos de Previdência Complementar e Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI) e contribuições patronais pagas à Previdência Social pelo empregador doméstico (RFB, 2019).

De acordo com a RFB (2019), os valores devem ser relacionados a pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas e devem ser complementadas com os dados dos respectivos titulares da despesa (titular, dependente ou alimentando). A falta dessas informações pode resultar ao contribuinte uma multa de 20% do valor não declarado.

2.4.7 Doações Efetuadas

Doações destinadas a entidades beneficentes e projetos culturais que se enquadram em leis de incentivo fiscal estão sujeitas à dedução da base de cálculo do IR. O Decreto nº 9.580 de novembro de 2018 traz os principais exemplos que se enquadram nessas doações, como as destinadas ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundos do Idoso, incentivos à Cultura e Esporte.

As quantias desembolsadas a título de incentivo à cultura são dedutíveis quando forem destinadas ao Fundo Nacional de Cultura, bem como apoios diretos à programas, projetos e ações culturais enquadrados nos objetivos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (RFB, 2019).

Doações destinadas a incentivos audiovisuais e de desporto, ao Estatuto do Idoso, ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD) e Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) também estão sujeitas a deduções no imposto devido. Segundo a RFB (2019), suas comprovações deverão ser apresentadas mediante demonstrativos emitidos pela instituição apoiada.

A pessoa física pode ainda optar pelas deduções, em espécie, aos fundos controlados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essas doações devem ser pagas impreterivelmente até o dia 30 de abril do ano de exercício

da declaração, na qual o não pagamento implica no recolhimento da diferença de imposto devido apurado, com os devidos acréscimos legais (RFB, 2019).

2.4.8 Bens e Direitos e Dívidas e Ônus Reais

Dispostos no Capítulo X da IN RFB nº 1871 de fevereiro de 2019, os Bens e Direitos assim como as Dívidas e Ônus Reais são partes importantes que integram a DIRPF. Entende-se por Bens, tudo aquilo que possui valor econômico e que pode ser convertido em dinheiro, enquanto que os Direitos são recursos de propriedade do contribuinte, mas que estão em posse de terceiros. Em contrapartida, as Dívidas e Ônus Reais são definidas como quaisquer tipos de dívidas e empréstimos tomados e pagos pelo contribuinte (GOVERNO DO BRASIL, texto digital).

Segundo o site Portal Tributário (2019), as pessoas físicas enquadradas na obrigatoriedade da DIRPF, devem informar discriminadamente todos os bens e direitos que constituíam seu patrimônio no ano-calendário referente à declaração, como os imóveis, veículos automotores, embarcações e aeronaves, bens móveis com valor de aquisição igual ou superior a R\$ 5 mil, saldos de conta correntes, poupanças, e aplicações financeiras superior a R\$ 140,00, ações e quotas de capital, ouro e ativos financeiros com valor superior a R\$ 1 mil.

As Dívidas e Ônus Reais se referem a valores devidos pelo contribuinte, como empréstimos e financiamentos, com exceção de valores inferiores a R\$ 5 mil e financiamentos na qual o próprio bem é dado como garantia de pagamento. Essas dívidas não são dedutíveis no cálculo do IR, porém precisam ser informadas para ter um cruzamento de dados mais detalhado, e com o intuito de justificar possíveis variações patrimoniais (RFB, 2019).

2.4.9 Declaração de Ajuste Anual – Ocupação Espólio

A Declaração de Ajuste Anual possui uma seção para o declarante que, na opção da “Natureza da Ocupação” selecionar a opção de Espólio. Essa declaração será apresentada pelo inventariante nomeado, cônjuge ou sucessor de pessoa falecida no ano-calendário correspondente, até a data em que for homologada a partilha dos bens do espólio. Nessa declaração, segundo o Decreto nº 9.580, de 22

de novembro de 2018, deverão ser apresentados principalmente os rendimentos próprios do falecido e mais 50% dos rendimentos produzidos pelos bens incluídos na partilha.

2.4.10 Doações a Partidos Políticos e Candidatos

Apesar de não serem dedutíveis no cálculo do Imposto de Renda, todas as doações de pessoas físicas em benefício de partidos políticos ou candidatos a cargos eleitorais, bem como gastos eleitorais do contribuinte no ano-calendário devem ser relacionados na DIRPF, segundo a RFB (2019), informando inclusive o nome e CPF/CNPJ do beneficiado. O declarante fica sujeito à essa obrigação mesmo ao optar pela Declaração Simplificada.

As doações a partidos políticos e candidatos, efetuadas dentro de um ano-calendário, ficam limitadas a 10% do rendimento bruto do contribuinte naquele mesmo período ou o teto, que é calculado a partir do limite de quanto o partido ou candidato pode gastar em sua campanha, e devem ser informadas ao Fisco. É através da DIRPF que a Receita Federal monitora essas doações, a fim de que não excedam o limite máximo (RFB, 2019).

Conforme o Sindifisco RS (2019), um dos erros mais comuns e que podem levar o contribuinte à malha fina é deduzir do Imposto de Renda devido o valor doado para financiar campanhas de candidatos e partidos, quando na verdade o contribuinte só poderá se creditar de doações efetuadas a entidades e fundos ligados ao governo.

O Sindifisco aconselha que todas as doações a partidos e candidatos sejam efetuadas preferencialmente por transações bancárias para evitar fraudes e para que haja meios de comprovação válidos, caso precise.

2.5 Riscos

Tanto os contribuintes obrigados a fazer a DIRPF, quanto os profissionais responsáveis por preenchê-las e entregá-las ficam expostos a diversos riscos, que podem resultar desde prestações de contas com a Receita Federal e multas, até, em casos mais graves, serem caracterizados como crime fiscal. Portanto, é preciso

encontrar meios de preveni-los, de maneira que cada uma das partes tenha ciência dos riscos que está assumindo. Todas as DIRPFs passam por um sistema de cruzamento de dados da Secretaria da Receita Federal, que ao detectar algum tipo de inconsistência, passa a analisar minuciosamente a declaração. A partir desse momento, o contribuinte pode ser intimado a apresentar informações e documentações comprobatórias, a chamada Malha Fina (PORTAL TRIBUTÁRIO 2019).

As principais razões que levam à malha fina e podem resultar em infrações contra a legislação tributária, segundo a RFB (2019), são as tentativas de sonegação de impostos. Nesses casos, o contribuinte omite rendimentos tributáveis recebidos, aumenta os valores das despesas dedutíveis, bem como do IRRF recolhido durante o exercício, inclui indevidamente dependentes e altera também os valores dos rendimentos e despesas dedutíveis do mesmo. Se a alteração de valores for comprovada, o contribuinte estará sujeito a multas de até 150% do valor sonegado. O não preenchimento de campos obrigatórios na DIRPF por falta de documentações suficientes também podem levar o contribuinte à prestar comprovações com a Receita Federal.

Já para quem preenche a DIRPF, um dos maiores riscos é o de informar dados incorretos ou em campos indevidos, em desacordo com a documentação entregue pelo contribuinte, podendo levar a inconsistências e valores equivocados de IRPF a pagar ou a restituir. Também é de responsabilidade de quem preenche a DIRPF monitorar o processo de validação da mesma após sua entrega. Se houver inconsistências é preciso retificar a declaração, caso contrário, estará sujeito a multas de até 75% do imposto devido (FENACON, 2018).

O Código Civil, em seus arts. 1.177 e 1.178 aborda a Responsabilidade Solidária, na qual o contador passa a assumir, juntamente com seu cliente, a responsabilidade por atos dolosos, perante terceiros. Neles, estão dispostas as responsabilidades do contador perante qualquer ato ilícito ou doloso praticado tanto por ele mesmo, quanto por seu cliente, em seu estabelecimento.

As ações que forem caracterizadas como sonegação e crime fiscal poderão sofrer as penalidades dispostas na Lei 12.846 de 2013, conhecida como Lei

Anticorrupção. Ela dispõe que todas as empresas brasileiras juntamente com seus dirigentes, estão expostos a graves penalidades por práticas lesivas ao poder público, nacional e estrangeiro, incluindo atos de corrupção e sonegação que os gerem prejuízo. O art. 1º da Lei 8.137/90, ainda prevê que constitui crime contra a ordem tributária a tentativa de dedução de imposto através de omissão de informações ou informações falsas, e emissão de documentos falsos.

É com o objetivo de evitar cair em malha fina que, tanto o contribuinte, quanto o responsável por preencher a DIRPF precisam encontrar maneiras de diminuir os riscos. Ambas as partes precisam se certificar de que têm posse de toda a documentação necessária para a entrega da declaração e que na hipótese de necessidade de comprovação documental, a mesma estaria de acordo com o declarado. Por parte de quem preenche a declaração, é preciso atenção ao informar dados como valores, fontes pagadoras, se há a possibilidade de comprovação de despesas na opção pela DIRPF completa, e até mesmo perceber possíveis adulterações em documentos. (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia, segundo Vianna (2001), é a ciência e a arte de atingir objetivos através de ações, que devem ser trabalhadas com pertinência, objetividade e fidedignidade, e o método, por sua vez, é o conjunto de ações necessárias para atingir esses objetivos propostos. A metodologia consiste na ciência que estuda os métodos, as sistemáticas e os procedimentos para resolver um problema, e no trabalho científico é utilizada para traçar passos que resultem na resolução do problema de pesquisa. Alguns exemplos desses passos são a definição do tipo de pesquisa, os instrumentos de coleta de dados, a organização e as análises.

Com a definição dos procedimentos metodológicos torna-se possível compreender de que maneira a pesquisa será realizada. Nesse capítulo estão descritos os instrumentos que foram utilizados na aplicação da pesquisa e na interpretação dos resultados.

3.1 Tipos de Pesquisa

Para Beuren (2013), as pesquisas em contabilidade se dividem em três categorias, como a pesquisa quanto aos objetivos, que contempla a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa; a pesquisa quanto aos procedimentos, que aborda o estudo de caso, pesquisa bibliográfica, documental e experimental; e a pesquisa quanto à abordagem do problema, que compreende a pesquisa qualitativa e quantitativa.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada a pesquisa descritiva quantitativa, que buscou determinar a definição dos dados que apresentaram os resultados da realidade em análise.

3.1.1 Quanto ao modo de abordagem

Para Beuren et al. (2013) a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego de instrumentos estatísticos, seja na coleta ou no tratamento dos dados. Nela, tudo pode ser traduzido em números, opiniões e informações para classificá-la e analisá-la.

A abordagem quantitativa (RICHARDSON, 1999, p. 70):

[...] caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi utilizada a pesquisa quantitativa, que buscou uma amostragem do perfil das declarações de Imposto de Renda dentro de uma população.

3.1.2 Segundo o objetivo geral

Para Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Segundo Beuren (2013), os resultados obtidos com base em uma pesquisa exploratória podem contribuir no sentido de identificar relações existentes entre as variáveis estudadas de determinada população.

Esse estudo foi classificado como uma pesquisa descritiva, pois houve a análise, registro e a interpretação dos dados, sem a interferência do pesquisador, utilizando-se de técnicas para a coleta de dados.

3.1.3 Segundo os procedimentos técnicos

Conforme Chemin (2015), os procedimentos técnicos consistem nas técnicas, instrumentos e estratégias de pesquisa utilizadas para coletar e analisar dados. Na descrição dos procedimentos técnicos é preciso confrontar a teoria com a realidade e mencionar a forma que foi utilizada na coleta dos dados e sua análise.

Os procedimentos técnicos da presente pesquisa ocorreram em duas etapas, sendo a primeira a realização de coleta de dados a partir do embasamento teórico, com dados secundários obtidos através de pesquisas bibliográficas, e posteriormente, a coleta de dados primários, através de entrevistas e questionários.

3.2 Universo e Amostra

Para Beuren (2013), população ou universo da pesquisa é a totalidade de elementos distintos que possui certa semelhança nas características definidas para determinado estudo.

Esse estudo realizou-se utilizando duas amostragens distintas. Uma delas, foram dez profissionais de contabilidade do Vale do Taquari – RS que preenchem declarações de Imposto de Renda anualmente. A outra, contribuintes do Vale do Taquari – RS, que buscam profissionais para preencher suas declarações de Imposto de Renda por obrigatoriedade, ou não. O questionário, que se encontra no apêndice da pesquisa, foi enviado à lista de funcionários da Univates, contadores cadastrados no Sincovat – Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade do Vale do Taquari – RS, que ficaram responsáveis por encaminhar o mesmo aos seus clientes de IRPF, além de contatos pessoais. O total de respondentes foi de cento e cinquenta e três contribuintes.

3.3 Coleta de dados

É a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos. Exige do pesquisador paciência e perseverança, além de cuidado no registro dos dados (MARCONI; LAKATOS, 2010).

A partir do questionário e das entrevistas foi possível coletar os dados primários necessários para a presente pesquisa. Foram realizados, questionários de múltipla escolha com contribuintes do Vale do Taquari, enviados via e-mail para cada um dos respondentes, e entrevistas com profissionais de contabilidade do Vale do Taquari que preenchem as DIRPFs anualmente.

Nas entrevistas, as questões foram analisadas de forma individual, possibilitando que todas as respostas fossem consideradas, e aquelas que apresentaram destaque foram mencionadas integralmente. Para enriquecer a análise, os resultados obtidos através do questionário foram comparados aos resultados das entrevistas.

3.4 Pré-teste

Conforme Malhotra (2001), o pré-teste se refere ao teste do questionário em uma pequena amostra de entrevistados, com o objetivo de identificar e eliminar problemas potenciais. Tem o propósito de assegurar que o questionário atinja as expectativas do pesquisador em obter as informações desejadas.

Antes da aplicação definitiva do questionário e da entrevista, foram realizados os respectivos pré-testes com dois respondentes de cada amostra estabelecida e as devidas modificações foram feitas.

3.5 Análise dos dados

O processo de análise dos dados deve ocorrer de forma sistematizada. É recomendável que o pesquisador encontre meios de organizar o material coletado durante a pesquisa e analisá-los com maior profundidade (BEUREN, 2013).

Após a coleta dos dados obtidos através dos questionários e das entrevistas, foi feita uma análise das respostas de cada entrevistado, traçando perfis a partir das principais características das declarações, e classificando-as.

3.6 Limitações do método

Na pesquisa quantitativa, quanto maior for o número de respondentes, maior é a saturação dos dados e maior a proximidade com a realidade. Essa é a principal limitação da presente pesquisa, que trouxe dados apenas de uma pequena amostragem, se comparada com a população total de contadores que preenchem a DIRPF e contribuintes que as declaram.

A possibilidade de haver restrições por parte dos entrevistados em suas respostas também se tornou uma limitação. Como se trata de um tema sigiloso e pessoal, os entrevistados podem responder de maneira incompleta e omitir dados, desviando a realidade.

A pesquisa está limitada a estudar apenas os riscos e penalidades instituídos na legislação vigente, porém isso não significa que não possam existir outros riscos, que estão fora do alcance da presente pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E DOS QUESTIONÁRIOS

Neste capítulo são apresentadas as análises do perfil da região respondente, através dos questionários aplicados aos contribuintes, e das entrevistas realizadas com contadores. As questões apresentadas tanto nos questionários, quanto nas entrevistas, visaram responder aos objetivos propostos. O objetivo geral consistiu em conhecer o perfil das DIRPFs do Vale do Taquari, e os específicos em identificar o perfil dos contribuintes através de suas áreas de atuação e renda média, analisar o preço cobrado na elaboração das declarações, baseado na obtenção de informações necessárias e riscos assumidos, classificar o nível de complexidade das declarações e relacioná-lo com os riscos que cada uma pode gerar ao declarante e ao prestador do serviço.

4.1 Análise dos questionários aplicado aos contribuintes

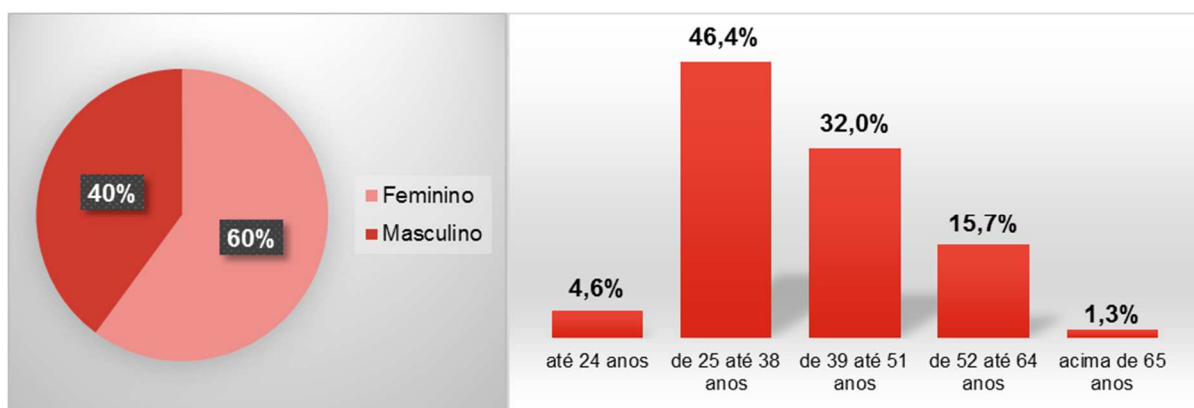
Cada um dos subtítulos seguintes traz a análise correspondente a um dos blocos pelo qual o questionário foi subdividido.

4.1.1 Perfil dos contribuintes

No primeiro bloco de questionamentos, os participantes responderam perguntas que visaram identificar o perfil dos contribuintes, através da faixa etária, gênero, escolaridade, renda média mensal e área de atuação profissional.

Ao abordarmos a questão do perfil dos contribuintes, analisamos o gênero e faixa etária dos respondentes. Esses dados possibilitam a realização de uma análise com maior detalhamento, relacionando-os com as demais questões. Os resultados obtidos são apresentados no Gráfico 7:

Gráfico 7 – Gênero e Faixa etária



Fonte: Autora, com base na pesquisa.

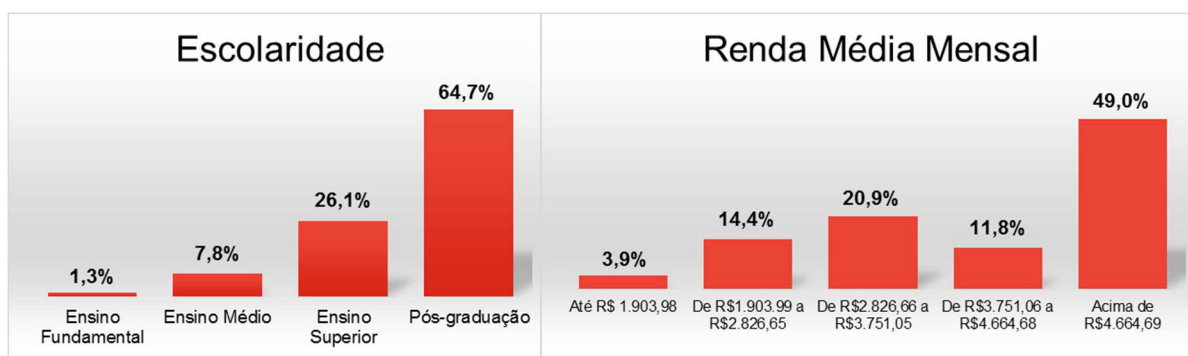
Apesar da pouca disparidade entre gêneros, na qual 60% são mulheres e os outros 40% homens, é notável o número de mulheres declarantes de Imposto de Renda na presente pesquisa, o que pode estar sendo ocasionado devido a um aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho, com cargos e remuneração mais elevada. A pesquisa também nos revela um público jovem, na qual quase metade dos contribuintes possuem de 25 a 38 anos de idade.

As mulheres também representam o público mais jovem, na qual cinco de sete pessoas que responderam ter até 24 anos, são do sexo feminino, sendo também a maioria dos contribuintes que afirmam ter entre 25 e 38 anos de idade. Já os respondentes do sexo masculino apresentaram idades mais elevadas, representando o total de 1,3% de contribuintes com 65 anos ou mais. Essas informações podem reforçar a ideia de que as mulheres estejam ganhando notoriedade no mercado de trabalho, e que o público que está ingressando são, em sua maioria, mulheres.

Outro aspecto que pode estar ocasionando a participação de um público mais jovem no Imposto de Renda Pessoa Física, segundo dados coletados da pesquisa, é a defasagem da Tabela do Imposto de Renda, que resulta em um maior número de pessoas com renda mínima necessária para declarar o IRPF.

Os contribuintes que participaram da pesquisa também informaram sua escolaridade e renda média mensal. Ambos os aspectos são considerados importantes para realizar uma análise mais concreta a respeito do perfil dos declarantes e podem ser relacionados à obrigatoriedade de entregar a DIRPF.

Gráfico 8 – Escolaridade e Renda média mensal



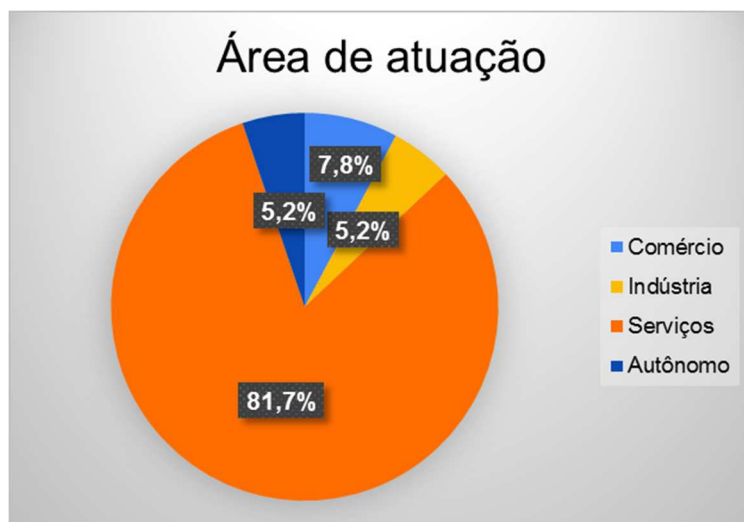
Fonte: Autora, com base na pesquisa.

O alto número de contribuintes com renda média mensal superior a R\$ 4.664,69 pode estar relacionado com o elevado índice de respondentes pós-graduados, visto que cargos mais elevados no mercado de trabalho e com rendas maiores, geralmente requerem um nível de graduação mais alto. De 75 respondentes que afirmaram ter renda média mensal acima de R\$ 4.664,69, 63 possuem Pós-graduação, e outras 11, Ensino Superior.

Em média, não houve muita disparidade entre homens e mulheres em relação a escolaridade, na qual 64% dos 61 respondentes do sexo masculino afirmaram ser pós-graduados, assim como 65% das 92 respondentes de sexo feminino. Porém, houve um destaque um pouco maior em relação à renda média mensal dos homens. Mais da metade dos contribuintes que possuem renda acima de R\$ 4.664,69 são do sexo masculino, evidenciando que, em relação à presente pesquisa, os homens são detentores das maiores rendas.

No geral, a renda média mensal dos contribuintes do Vale do Taquari se manteve alta, podendo representar uma das causas pela qual o contribuinte fica obrigado a declarar IRPF. Neste contexto, é importante também, conhecer a origem da renda dos contribuintes, o que possibilita analisar quais as áreas de atuação profissional que se destacam na economia do Vale do Taquari, segundo a pesquisa.

Gráfico 9 – Área de atuação



Fonte: Autora, com base na pesquisa.

Entre os contribuintes participantes da pesquisa, a área de atuação de maior destaque é a de Serviços, representando a maioria tanto entre homens, quanto entre mulheres. Ambos os gêneros possuem aproximadamente 80% de seus respondentes atuando na área de Serviços, ao contrário dos Autônomos, onde o número de homens atuando é o dobro em relação às mulheres.

Segundo a pesquisa, percebe-se que o Vale do Taquari possui um mercado de trabalho diversificado, porém a remuneração é, provavelmente, mais elevada na área de serviços, quando comparada às áreas do comércio, indústria e/ou autônomos.

Através da análise dos dados coletados, é possível traçar um perfil de maior destaque entre os contribuintes, que em sua maioria possuem entre 25 e 50 anos, com escolaridade e rendas mais elevadas. Também estão presentes, em sua minoria, contribuintes com 65 anos ou mais que, dentre outros, provavelmente já estão aposentados, e não possuem uma renda tão elevada. O conhecimento desses fatores, como por exemplo a renda, são fundamentais para elaboração da DIRPF, podendo representar um dos principais motivos pela qual o contribuinte se enquadra na obrigatoriedade de entrega da declaração.

4.1.2 Preenchimento das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física

No segundo bloco de questionamentos, os contribuintes responderam perguntas a respeito do preenchimento das DIRPFs, analisando desde os enquadramentos à obrigatoriedade, bem como as opções de descontos, e os responsáveis pelo preenchimento e entrega da declaração.

A entrega da DIRPF é motivada pelo fato de o contribuinte se enquadrar em alguma obrigatoriedade, que geralmente é pela renda ou por alguma operação financeira realizada no período.

Quadro 3 – Motivos de declarar o IRPF

Motivo de declarar o Imposto de Renda Pessoa Física	Número em %	Quantidade de pessoas
Pela renda anual.	92,2%	141
Por ganho de capital na alienação de imóvel.	0,7%	1
Por posses de bens e direitos com valor superior ao estabelecido.	2%	3
Outros.	1,3%	2
Não me encaixo em nenhuma obrigatoriedade, porém declaro IRPF anualmente.	3,9%	6
Operações na Bolsa de Valores.	0,0%	0

Fonte: Autora, com base na pesquisa.

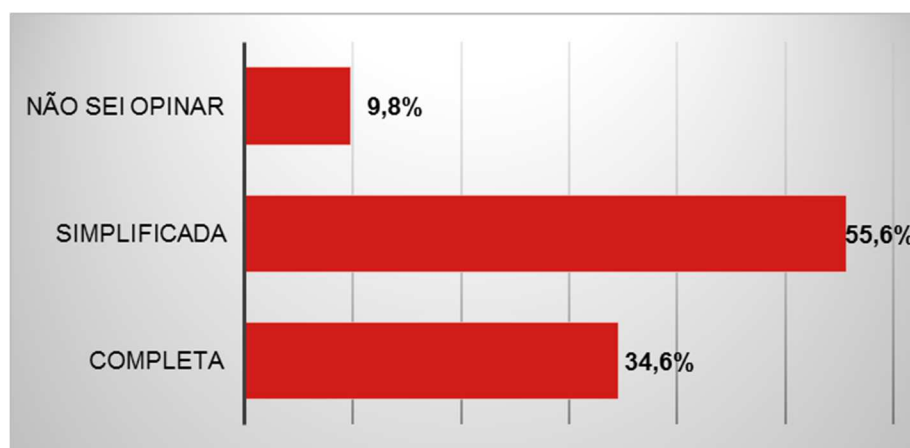
A grande maioria dos respondentes afirma declarar o IRPF tendo como principal motivo a renda anual que, segundo a análise das rendas médias mensais, costuma ser elevada entre os respondentes da pesquisa. É importante ressaltar que a tabela do Imposto de Renda está defasada e seu último reajuste foi em 2016, sendo que desde 1996 todos os reajustes efetuados foram abaixo da inflação (RFB, 2019). Neste sentido, pode-se dizer que se a tabela do IRPF estivesse atualizada de acordo com a inflação, alguns contribuintes não se enquadrariam na obrigatoriedade de declarar o IRPF por causa da renda.

Poucos contribuintes responderam que se enquadram nas demais obrigações, como por exemplo, por posses de bens e direitos com valor superior a R\$ 300.000,00. Os respondentes que se enquadram nessa opção são todos do sexo masculino com idade de 39 a 51 anos. Outros seis contribuintes, que declararam ter renda média mensal de até R\$ 1.903,98, afirmaram não se enquadrar em nenhuma obrigatoriedade, porém declaram IRPF, possivelmente por receberem restituição do imposto, ao invés de ter um saldo devedor.

Não há necessariamente um valor de imposto devido entre os contribuintes que participaram da pesquisa. Bem como os informes de rendimentos, também são coletados os comprovantes de despesas incorridas durante o período, desde que sejam dedutíveis e, a partir delas, o responsável por entregar a DIRPF pode optar em entregá-la utilizando o desconto simplificado ou completo, conforme julgar mais vantajoso ao contribuinte.

A fim de auxiliar na compreensão do perfil das declarações, os contribuintes foram questionados sobre a opção de desconto que geralmente utilizam em suas DIRPFs, conforme o Gráfico 10:

Gráfico 10 – Opção de descontos



Fonte: Autora, com base na pesquisa.

A maioria dos contribuintes afirmam optar pelo desconto simplificado em suas DIRPFs, provavelmente por ser uma opção mais vantajosa em relação ao desconto completo. Um dos fatores que levam a isso pode ser a falta de comprovantes das despesas declaradas, ou porque o montante do valor a abater com despesas é inferior ao desconto de 20%.

Aproximadamente 50% das noventa e duas mulheres que participaram da pesquisa afirmam optar pelo desconto simplificado, dado que praticamente se iguala aos homens. Em relação à opção de desconto completo, viável quando o contribuinte possui recibos de comprovação das despesas declaradas, ou o montante de despesas a abater é maior que o desconto de 20%, cinquenta e três pessoas afirmaram utilizá-la.

Geralmente, os contribuintes preferem terceirizar o serviço de preenchimento e entrega das declarações contratando profissionais que, no seu entendimento, possuem mais conhecimento e preparo. Com o objetivo de identificar quais são os profissionais mais procurados para fazer tal serviço, os contribuintes foram questionados a respeito de quem é o responsável por entregar suas declarações.

Gráfico 11 – Quem preenche a DIRPF e porque a escolha



Fonte: Autora, com base na pesquisa.

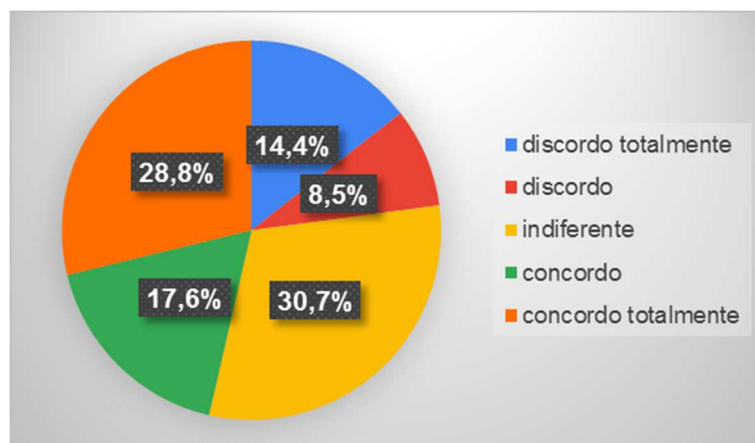
Os profissionais mais contatados para preencher e entregar as DIRPFs, segundo a pesquisa, são os contadores, e os motivos de maior destaque são a confiança e a opção de permanecer com o mesmo profissional de anos anteriores, não levando tanto em consideração o fator preço. Isso pode ocorrer devido ao conhecimento prévio da qualidade do serviço do profissional, o que gera uma maior confiança, ou simplesmente pela comodidade em permanecer com um profissional que já conhece e com quem já desenvolve outros trabalhos. Como exemplo, podemos citar os autônomos, na qual seis de oito afirmam contratar contadores tanto por confiança, quanto por já trabalhar em anos anteriores com eles.

A quantidade de respondentes que preenchem a declaração por conta própria também é notável. Isso pode estar sendo ocasionado por diversos motivos, que vão desde a facilidade na obtenção de informações necessárias, a acessibilidade e clareza do programa disponibilizado pela RFB, e até mesmo pelo fato de não precisar pagar pelos serviços.

Ao ser contratado, é o profissional de contabilidade quem determina o preço dos seus serviços, e muitas vezes o contribuinte desconhece os fatores que resultaram em determinado valor. A partir do Gráfico 12, analisamos a opinião dos

contribuintes em relação ao valor cobrado pelos profissionais para preencher a DIRPF.

Gráfico 12 – Opinião sobre preço cobrado pelos serviços em relação aos riscos assumidos pelo profissional



Fonte: Autora, com base na pesquisa.

Praticamente metade dos respondentes concordam com os valores cobrados, tendo em vista que contrataram um profissional por julgarem ser mais qualificado para realizar o serviço, e entendem que há uma certa complexidade em suas declarações que justificam esse valor.

No grupo de respondentes que se manifestaram com indiferença em relação aos preços, estão inseridos grande parte dos contribuintes que afirmaram serem responsáveis por preencher sua própria declaração. A outra parcela desses contribuintes dizem não concordar com os valores cobrados, o que também pode ser uma justificativa para não terceirizar o serviço.

Geralmente, segundo a pesquisa, o preço dos serviços é formulado de acordo com a quantidade de trabalho que o profissional terá, e o tempo demandado para preencher cada declaração. A quantidade de trabalho, neste caso, vai além do número de documentos físicos que precisam ser relacionados, abrangendo também a complexidade das informações.

4.1.3 Características das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física

Cada declaração é única e possui suas particularidades de acordo com as operações feitas pelos contribuintes. Para isso, é fundamental que o contador conheça seus clientes e esteja informado sobre as movimentações feitas durante o exercício, evitando possíveis surpresas no momento de entregar as DIRPFs. É importante também, que os contribuintes tenham conhecimento da documentação necessária para preencher a declaração, informando-as com transparência e fidelidade.

O terceiro bloco de questionamentos visa analisar as características das declarações, através de seus conteúdos, e a disponibilidade dos contribuintes em auxiliar e facilitar o preenchimento correto das DIRPFs. Inicialmente, os respondentes foram questionados quanto à disponibilização da documentação.

Gráfico 13 – Disponibilização da documentação



Fonte: Autora, com base na pesquisa.

A grande maioria dos contribuintes afirma ter conhecimento da documentação necessária e também ter facilidade para adquiri-las, o que pode ser considerado um ponto positivo, mostrando que há uma comunicação entre contador e contribuinte, na qual o profissional consegue demonstrar a importância de ter toda a documentação em mãos, obtendo também um retorno dos clientes.

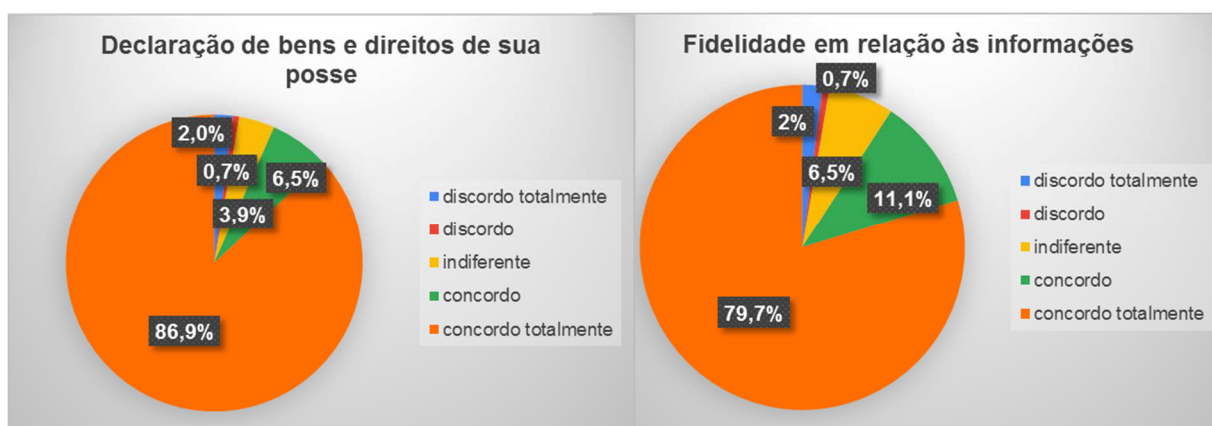
Apenas quatro contribuintes, todos com idade entre 25 e 38 anos, informaram não ter conhecimento a respeito da documentação necessária e ter dificuldade na obtenção desses documentos. Esse fato pode ocorrer por serem contribuintes com

faixa etária mais jovem, que talvez não tenham um histórico de entregas de declarações e, por isso, ainda não possuem tanto conhecimento a respeito.

É importante que os contribuintes conheçam suas declarações, e saibam quais operações feitas durante o exercício terão impacto no seu Imposto de Renda. Assim, o contribuinte consegue providenciar a documentação solicitada com maior antecedência, precavendo-se de imprevistos, e trazendo informações mais claras aos contadores que irão preencher sua DIRPF.

É responsabilidade do contribuinte disponibilizar toda a documentação aos profissionais, zelando pela transparência e clareza das informações. Em relação a isso, os respondentes foram questionados quanto a suas atitudes na hora de fornecer informações ao contador.

Gráfico 14 – Transparência na declaração das informações



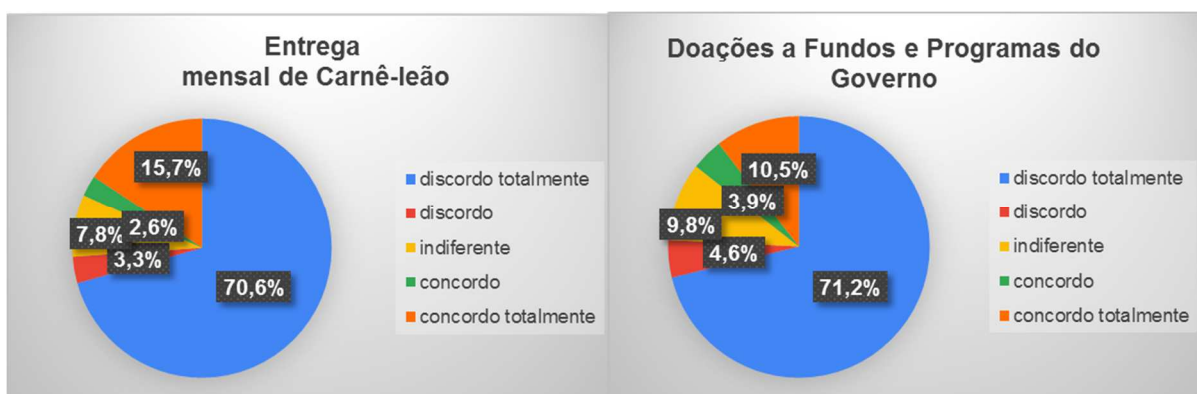
Fonte: Autora, com base na pesquisa.

No geral, os respondentes se manifestaram positivamente quando questionados sobre a transparência das informações que disponibilizam para o preenchimento da DIRPF, afirmando declarar todos os bens e direitos de sua posse, e demais operações, com fidelidade às informações.

Porém, quatro respondentes disseram não informar todos seus bens e direitos e não declarar informações coincidentes com as constantes nas documentações. Ao analisar separadamente esses casos, percebe-se que se tratam dos mesmos contribuintes que, nas questões anteriores, declararam ter dificuldades na obtenção das informações e pouco conhecimento em relação a elas.

As DIRPFs são basicamente constituídas pelos informes de rendimentos, bens, direitos e despesas dos contribuintes. Porém, em alguns casos existe a presença de itens que aumentam o nível de complexidade dessas declarações. Os contribuintes foram questionados quanto as características de suas declarações, afim de analisar o nível de complexidade de cada uma.

Gráfico 15 – Diferenciais nas DIRPFs – Carnê-leão e Doações



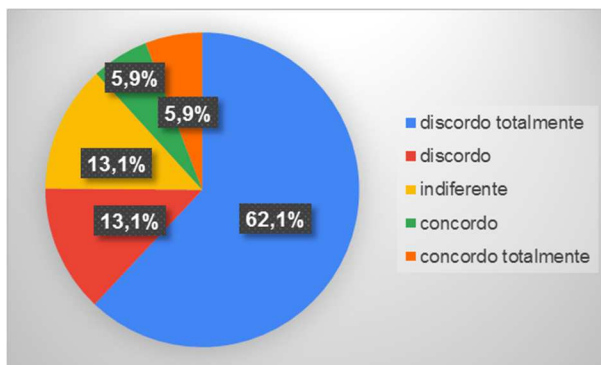
Fonte: Autora, com base na pesquisa.

Percebe-se que a grande maioria dos respondentes não efetua operações como doações ou entrega de carnê-leão. Ao total, vinte e duas pessoas efetuam doações à Fundos e Programas do Governo durante o exercício, e usam o valor para abater do Imposto de Renda, conforme legislação. Dentre os contribuintes que efetuam doações, quatorze recebem renda acima de R\$ 4.664,69.

Os números ficaram relativamente iguais em relação à entrega mensal de carnê-leão, na qual vinte e oito respondentes afirmam entregar essa declaração, que posteriormente é incorporada à DIRPF. A grande maioria desses contribuintes atua na área de serviços e são pós-graduados.

Outro item que está ganhando destaque entre as declarações são os investimentos em Bolsa de Valores. Dentre os respondentes, o número de pessoas que realiza esse tipo de operação ainda é pequeno, se comparado com a quantidade de pessoas que não fazem.

Gráfico 16 – Diferenciais nas DIRPFs – Investimentos na Bolsa de Valores



Fonte: Autora, com base na pesquisa.

Dezoito respondentes fazem investimentos em Bolsa de Valores, na qual 78% recebem renda média mensal acima de R\$4.664,69 e entregam declarações com a opção de desconto simplificada. A grande maioria são homens, o que pode significar que as mulheres ainda têm um perfil mais conservador, e geralmente não investem em operações de alto risco.

Ao fazer uma análise do bloco de questionamentos, percebe-se que a maioria dos respondentes possui uma declaração com perfil mais conservado, constituída basicamente de rendimentos, bens e direitos, e despesas. Há casos em que existem informações mais complexas e com riscos maiores, mas ainda são minoria.

4.1.4 Relação com o risco

O último bloco de questões buscou conhecer os riscos a que estão dispostos os contribuintes, de acordo com o perfil das suas declarações. Os respondentes foram questionados a respeito das precauções básicas que podem ser tomadas afim de evitar erros e minimizar os riscos, juntamente com o profissional que preenche sua declaração.

Gráfico 17 – Relação de documentos



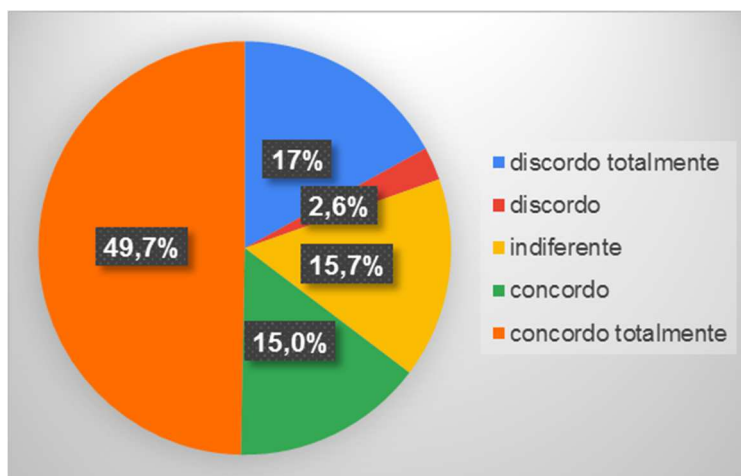
Fonte: Autora, com base na pesquisa.

Percebe-se que a maioria dos contribuintes que participaram da pesquisa se posiciona de forma positiva em relação ao arquivamento de documentações importantes. Quando questionados sobre reter os comprovantes de rendas e de despesas, como forma de precaução para o caso de precisar prestar contas, aproximadamente 80% dos respondentes disseram possuir esse hábito.

Contudo, nove pessoas responderam não possuir os comprovantes de tudo que declaram. O perfil desses contribuintes é, em sua grande maioria, mulheres, com idade inferior a 40 anos, e declarações com desconto simplificado. Nesse caso, geralmente não é declarado um grande número de despesas, porém ainda assim é importante reter os documentos de comprovação.

A segunda via da DIRPF também é um documento importante que o contribuinte pode guardar para a conferência das informações. Assim como na questão anterior, grande parte dos contribuintes afirmaram reter a 2ª via da DIRPF, com exceção de doze, que possuem perfil semelhante aos acima citados.

Manter contato com o profissional responsável por preencher a DIRPF é um importante passo para evitar erros e diminuir riscos. É fundamental que haja um *feedback* tanto do contador, quanto do contribuinte, e que haja um entendimento quanto às responsabilidades de cada uma das partes. Os resultados dessa questão estão apresentados no Gráfico 18.

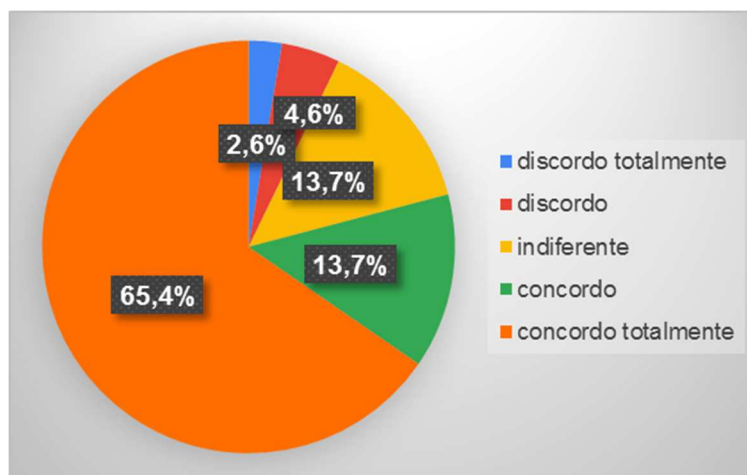
Gráfico 18 – *Feedback e responsabilidades*

Fonte: Autora, com base na pesquisa.

Mais da metade dos respondentes afirmaram que mantêm uma comunicação com o contador, e através dela distinguem as responsabilidades de cada um. O número de respondentes que dizem não ter essa relação é bastante alto, porém nele estão inclusos os contribuintes responsáveis por entregar sua própria declaração.

Geralmente, os contadores se responsabilizam somente por problemas resultantes de erros de digitação no momento do preenchimento da declaração. As pendências relacionadas a falta de documentação e/ou informação são de responsabilidade dos contribuintes, que deverão apresentar a devida prestação de contas. Os contribuintes foram questionados a respeito de concordarem ou não com esse posicionamento.

Gráfico 19 – Responsabilização



Fonte: Autora, com base na pesquisa.

Mais de três quartos dos respondentes afirmaram ter ciência de que essa responsabilidade é sua, e concordam com isso. Apenas nove pessoas responderam o oposto. Talvez, para esses contribuintes, ainda falte mais comunicação com o contador, e esclarecimento de dúvidas, tornando mais fácil a compreensão de documentos que são necessários, como adquiri-los e onde serão informados.

Analisando o questionário de maneira geral, destacaram-se os contribuintes mais jovens, com declarações mais conservadoras, mas que, por trabalharem menos tempo com a DIRPF, ainda demonstram incertezas e falta de conhecimento sobre o assunto, ao contrário dos contribuintes mais experientes, que já passaram por uma fase de orientações e sabem a importância da transparência na DIRPF.

Os contribuintes que participaram da pesquisa demonstraram ter, em sua grande maioria, um nível de escolaridade mais avançado, na qual aproximadamente 64% possui pós-graduação, resultando em faixas de rendas também mais elevadas. Analisando essas informações, percebe-se que os contribuintes mais jovens do Vale do Taquari estão buscando aperfeiçoamentos em suas áreas de atuação, e em resposta a isso recebem uma boa remuneração. Grande parte dos respondentes atuam na área de serviços mostrando que, apesar da diversidade de áreas de atuação do Vale do Taquari, a que mais movimenta a economia da região são os serviços em geral.

Mais de 90% dos respondentes afirmaram que declaram o Imposto de Renda por suas rendas, que alcançam a faixa mínima que torna obrigatória a entrega da DIRPF. Levando em consideração a defasagem da tabela do IRPF, é possível dizer que caso a tabela fosse corrigida anualmente de acordo com a inflação, o número de contribuintes enquadrados na obrigatoriedade de declarar o IRPF seria menor.

Os contribuintes mais jovens demonstraram ter menos conhecimento em relação a declaração e à importância de declarar todas as movimentações realizadas durante o ano. Muitos também discordaram da responsabilidade que têm perante a apresentação correta das informações, e dizem ter dificuldade de acessá-las. Isso pode justificar o alto número de declarações com opção de desconto simplificado. Ou os contribuintes não possuem a quantidade necessária de despesas dedutíveis, ou não possuem os comprovantes das mesmas.

4.2 Análise das entrevistas com contadores

Cada um dos subtítulos seguintes traz a análise correspondente a um dos objetivos pela qual as perguntas foram subdivididas.

4.2.1 Perfil dos contribuintes

As primeiras perguntas visaram identificar quem geralmente são os contribuintes que procuram contadores para preencher sua DIRPF. Segundo informações obtidas através do questionário aos contribuintes, a maioria prefere buscar o auxílio de um profissional para preencher e entregar sua declaração, indicando que o número de clientes de IRPF dos contadores é alto.

A primeira pergunta aos contadores foi a respeito da quantidade de declarações que eles entregam por ano, em média. Segundo os respondentes, geralmente o número é bem alto, variando entre 150 e 450 declarações. Destacaram-se as respostas de dois contadores, na qual um relatou que preencheu, em 2018, em torno de 500 declarações, enquanto que outro responsabilizou-se por 50. Em relação a essa informação, devemos considerar o tamanho do escritório em que atua o profissional, na qual geralmente os escritórios maiores possuem mais clientes de IRPF, e a quantidade de declarações que o profissional se dispõe a preencher passa a ser maior.

Na pergunta seguinte, os contadores foram questionados quanto ao perfil dos contribuintes para quem preenchem a DIRPF, analisando por gênero, idade e escolaridade, entre outros aspectos. Em relação ao gênero, alguns contadores responderam que não percebem muita disparidade entre homens e mulheres, porém três respondentes afirmaram que o número de homens para quem fazem a DIRPF é superior. O respondente de número 1 afirma que *“o número de homens ainda é superior, porém é notável o aumento do número de mulheres a cada ano”*, enquanto que o respondente 3 afirma que a diferença se dá em torno de uma mulher para cada três homens.

Ao comparar essa questão com as respostas dos questionários destinados aos contribuintes, é possível afirmar que realmente não há muita disparidade entre os gêneros, porém do total de 153 respondentes do questionário, 60% são do sexo feminino, mostrando um maior número de mulheres em relação aos homens.

Quanto à faixa etária média dos contribuintes, todas as respostas variaram entre 35 e 60 anos de idade que, conforme visto na análise das respostas dos contribuintes, realmente é a faixa etária que mais possui contribuintes que buscam os profissionais para preencher suas DIRPFs. O respondente 2 informou que faz também declarações na qual os contribuintes possuem na faixa de 30 anos.

Os contribuintes com faixa de 30 anos de idade, segundo o respondente 2, possuem um grau de escolaridade mais baixo, destacando geralmente o Ensino Fundamental. A escolaridade de maior destaque foi o Ensino Médio, e em alguns casos Ensino Superior. O respondente 2 afirma que esses contribuintes *“fazem parte de uma gama de pessoas que trabalham em uma indústria de grande porte, de Lajeado, e que passam um pouco da faixa de isenção, e por isso precisam declarar o IRPF”*.

Em relação à área de atuação, geralmente os contadores atendem muitos trabalhadores da área de serviços, alguns industriários, e autônomos. Dentre esses, os mais citados foram os empresários, que normalmente já são clientes dos contadores através da Pessoa Jurídica; motoristas, professores e aposentados. O respondente 1 também citou os servidores públicos como clientes de IRPF.

Já em relação a faixa de renda média anual, grande parte dos respondentes afirmou que seus clientes se enquadram entre R\$ 30 mil e R\$ 32 mil, e muitos na faixa de R\$ 40 mil, considerado um valor baixo tendo em vista que não ultrapassam muito a faixa mínima de R\$ 28.559,70 (RFB, 2019). Dois respondentes citaram faixas de rendas mais elevadas, na qual um diz declarar rendas entre R\$ 200 mil e R\$ 500 mil por ano, considerando mais de uma fonte de renda. O outro contador, responsável por preencher aproximadamente 200 declarações, afirma que suas declarações mais baixas possuem valor de rendimentos em torno de R\$ 100 mil, chegando a declarações com valores mais altos, onde o somatório de rendas pode chegar a R\$ 17 milhões.

Analisando essas questões, destaca-se um perfil de contribuintes não tão jovens, na qual os homens ainda estão mais presentes, mesmo que por pouca diferença. Geralmente, esses contribuintes atuam na área de serviços e indústrias, possuindo um somatório de rendimentos tributados que ultrapassa um pouco a faixa de isenção, e por isso ficam obrigados a declarar o IRPF. Há também, em menor número, um perfil que se destaca pelo valor total dos seus rendimentos, que podem chegar a R\$ 17 milhões.

4.2.2 Custo de elaboração das DIRPFs baseado nos riscos e disponibilização de informações

O valor cobrado pelos contadores, referente aos serviços de preenchimento da DIRPF podem estar ligados a vários fatores, como quantidade de trabalho, nível de dificuldade de interpretação das informações, os riscos, e a acessibilidade às informações necessárias, através da disponibilização de documentos por parte dos contribuintes. Nesse sentido, os contadores responderam questões que visaram analisar quais aspectos levam em consideração na formulação do preço dos serviços de preenchimento e entrega da DIRPF.

Os profissionais foram questionados em relação à percepção de resistência por parte dos contribuintes na disponibilização de documentações necessárias para o preenchimento da DIRPF. Todos os respondentes afirmaram não ter problemas com resistência no sentido de ocultar informações e, ao contrário disso, dizem que os contribuintes estão cientes da importância da apresentação de toda a documentação necessária. Porém, o problema na disponibilização da documentação, segundo os profissionais, é a falta de organização dos contribuintes.

Os contribuintes, em resposta aos questionários, afirmaram que geralmente possuem conhecimento da documentação necessária e buscam providenciar tudo que lhes é solicitado, complementando as afirmações dos profissionais. Porém há casos em que os contribuintes dizem não saber quais documentações devem ser apresentadas e possuem dificuldade em encontrá-las, exigindo dos contadores uma cobrança maior em relação à coleta das informações.

Conforme o respondente 4, responsável por entregar 300 declarações, *“existe a necessidade de cobrança da apresentação da documentação e a entrega geralmente é no limite do prazo.”* Esse fato está relacionado, conforme citado por outros profissionais, com o nível de detalhamento das informações solicitadas pela RFB, aumentando a quantidade de documentos a serem apresentados, e demandando um tempo maior dos contribuintes para coletá-los.

Quando há a necessidade de cobrança, e as documentações são apresentadas no limite do prazo, os profissionais acabam sofrendo uma sobrecarga de trabalho, afim de entregar as declarações até o final do período estipulado. Esse fator também é analisado ao elaborar os preços dos serviços, conforme citado pelos profissionais ao serem questionados sobre como formulam o valor cobrado por preencher e entregar as DIRPFs.

Cada um dos contadores, ao estipularem o preço dos seus serviços, levam em consideração aspectos particulares sobre o trabalho desenvolvido em cada declaração. Todos os profissionais afirmaram que possuem um valor mínimo fixo, que aumenta gradualmente conforme as características da DIRPF. Um dos fatores que mais é levado em consideração para a formulação do preço é a quantidade de trabalho que será preciso desempenhar para preencher as declarações. Nesse contexto, estão incluídos tanto a questão da quantidade de lançamentos, quanto o tempo demandado de estudo e pesquisa em operações específicas que podem ocorrer em algumas declarações.

As respostas dos profissionais em relação a essa questão foram bastante diversificadas, indicando que o preço dos serviços é constituído através de aspectos que cada profissional julga ser mais relevante. O respondente 3, que afirma que grande parte dos contribuintes para quem preenche a DIRPF são motoristas e autônomos, diz que leva em consideração *“o volume de trabalho, avaliando a quantidade de fontes de rendimentos e bens, além de outros tipos de procedimentos, como ganho de capital, atividade rural e carnê-leão”*. Já o respondente 8 analisa também a quantidade de dependentes, as despesas, e a colaboração do contribuinte em disponibilizar as informações.

O respondente 6, responsável por preencher também declarações de grande porte complementa:

Normalmente o tempo de trabalho e a complexidade da declaração, visto que por vezes a declaração tem números grandes, mas a complexidade das informações é pequena, assim como o contrário. O volume de trabalho é mensurado também durante o ano, quando já se trabalha com as movimentações dos contribuintes.

Analisando as respostas, percebe-se que o aumento dos valores mínimos, pré-fixados pelos contadores, ocorre principalmente por fatores como a disponibilização tardia de documentação por parte dos contribuintes, e a quantidade de serviço que o profissional tem em cada declaração, considerando a complexidade das informações e os tipos de operações efetuadas pelos contribuintes durante o exercício.

Em relação aos preços dos serviços, a maioria dos contribuintes reagiu de forma positiva, afirmando concordar que os valores cobrados estão de acordo com os serviços realizados e a quantidade de trabalho demandada pelo profissional.

4.2.3 Nível de complexidade das DIRPFs

O nível de complexidade das declarações também é algo relativo, que varia conforme o entendimento dos contadores sobre cada assunto. Operações que, para alguns profissionais podem ser mais habituais, e por isso menos complexas, para outros podem ter um nível de dificuldade maior, por não serem tão frequentes nas declarações que preenchem. Inicialmente, os contadores foram questionados quanto às características das declarações que preenchem, afim de conhecer as operações mais frequentes.

Segundo a maioria dos contadores entrevistados, geralmente o que mais compõe as DIRPFs são os bens e direitos, ganhos de capital, aposentados, atividades rurais e as declarações possuem no máximo duas fontes de rendimentos. O respondente 9 cita, além das operações anteriores, os rendimentos recebidos acumuladamente, e investimentos em ações e/ou criptomoedas. Esse profissional é responsável por preencher declarações de contribuintes com faixas etárias concentradas, principalmente, entre 30 e 35 anos, revelando um perfil mais jovem que começa a investir em operações de maiores riscos.

Outro contador afirmou preencher declarações de grande porte, com valores expressivos de bens e direitos, muitas movimentações, inclusive no exterior, e com operações em todos os blocos do sistema. Seus contribuintes são, em sua maioria, empresários e do sexo masculino. Já o respondente 8, que preenche declarações tradicionais, principalmente a trabalhadores da área de serviços e indústria, complementa incluindo às operações das DIRPFs financiamentos da Caixa Econômica Federal.

Ao questionar os profissionais quanto à complexidade das declarações que preenchem, percebe-se que as características das operações influenciam no nível de dificuldade das mesmas, porém o que as tornam mais ou menos complexas, é o conhecimento técnico de cada profissional em relação a determinada operação.

É o que afirma o respondente 4, ao dizer que preenche declarações de nível fácil, médio e difícil, e cita o que, em sua percepção, as define de tal maneira:

Possuo todos os tipos. Algumas fáceis, com apenas uma fonte de renda e pouca movimentação. As médias, com bastante movimentação, porém coisas simples, com todos os documentos de comprovação. E as difíceis, com operações que necessitam mais tempo e pesquisa.

Muitos profissionais definiram com um nível de complexidade maior, declarações que possuem movimentações de compra e venda de bens, gerando um ganho de capital não declarado no prazo de 30 dias após a operação, que precisam ser informados no bloco de Rendimentos Tributáveis, conforme RFB (2019), além de investimentos em ações e rendimentos recebidos acumuladamente. Porém, os mesmos afirmaram que consideram essas operações mais difíceis, por não serem tão frequentes, ou pela necessidade de realizar estudos sobre como relacioná-las com a apuração de Imposto de Renda.

Dois profissionais afirmaram que consideram suas declarações de nível fácil. Um deles levou em consideração a experiência e prática que possui, e o outro afirma que as informações necessárias são emitidas de maneira clara e detalhada, facilitando a interpretação.

A partir do entendimento dos profissionais em relação ao nível de complexidade de suas declarações, lhes foi questionado se aceitam preencher declarações consideradas de alto risco, nas quais as chances de cair em malha fina são altas. Nessa questão, as opiniões permaneceram divididas.

De dez respondentes, cinco afirmaram que aceitam preencher declarações de alto risco, contanto que haja transparência nas informações, visto que se eximem de qualquer responsabilidade. Os outros cinco responderam que não aceitam, pois consideram que o valor cobrado não cobriria os transtornos que podem vir a acontecer.

É o que afirma também o respondente 6:

Não tem declaração de alto risco, desde que a pessoa disponibilize a documentação necessária, e em caso de dificuldade em ter acesso a essas informações, busque meios (via certificado digital, por exemplo) de minimizar o risco. Considero declarações de alto risco, por exemplo, relacionado à indenizações de bancos, onde não se tem informações sobre o pagador. Não faço DIRPF de alto riscos, com contribuintes que não têm documentações de comprovação, em função dos transtornos.

Mesmo não tendo responsabilidades sobre os possíveis problemas que uma declaração de alto risco pode gerar, alguns profissionais preferem não se envolver nesses casos, com a justificativa de que o trabalho e retrabalho que viriam a ter não podem ser mensurados em valores para cobrar dos contribuintes.

4.2.4 Relação com os riscos

Cada DIRPF possui um certo risco de apresentar inconsistências frente à Receita Federal, vindas tanto de informações incompletas, quanto de erros de preenchimento. A responsabilização desses riscos precisa ser estabelecida de maneira clara entre o profissional que fará o preenchimento, e o contribuinte, a fim de que cada parte cumpra seu compromisso em caso de necessidade de prestação de contas. Com o objetivo de entender qual a responsabilidade do contador em relação à DIRPF, os mesmos foram questionados quanto aos riscos que assumem ao preencher uma declaração.

As respostas foram unânimes. Todos os profissionais concordam que o único risco que assumem, além da confiança no contribuinte e na transparência da documentação apresentada, é o preenchimento correto da declaração, como afirma o respondente 10:

O maior risco é a confiança no cliente. Em casos de malha fina por falta de alguma informação, a responsabilidade é do contribuinte. Se houver a confiança do contribuinte no profissional, a relação será transparente e os documentos disponibilizados.

O respondente 9 complementa, afirmando que tem o dever de informar com fidedignidade os dados apresentados pelo contribuinte, e que caso haja um erro no preenchimento que esteja em desacordo com a documentação entregue, é ele quem assume a multa. Conforme o Portal Tributário (2019), é preciso atentar à existência de comprovantes de despesas, aos valores informados na DIRPF, e a informações relacionadas às fontes pagadoras de rendimentos, percebendo possíveis adulterações.

Após a análise dessa questão, percebeu-se a importância da relação de confiança e transparência que deve haver entre o profissional e o contribuinte, e a necessidade de manter sempre uma boa comunicação para auxiliar a troca de informações. Nesse sentido, foi questionado ao profissional se ele trabalha maneiras de diminuir os riscos e evitar penalidades.

Cada profissional tem suas maneiras de tentar diminuir os riscos, tanto para eles, quanto para os contribuintes. Alguns preferem pedir a documentação via e-mail, para ter uma fonte de registro de quais documentos foram recebidos, outros por meio de contrato de prestação de serviços, conforme cita o respondente 9:

Trabalhamos na obtenção dos documentos originais, e sempre os arquivamos juntamente com a declaração feita. Investimos bastante tempo organizando um checklist para o cliente a respeito das documentações necessárias. Fazemos também um documento em que o contribuinte concorda que o profissional é um mero preenchedor da DIRPF e que a responsabilidade pelas informações declaradas é do contribuinte.

O respondente 6 também cita outras formas de trabalhar com a diminuição dos riscos. Ele utiliza pesquisas de informações dos clientes por meio de certificado digital, e faz um acompanhamento semanal da situação da declaração após sua entrega, até que esteja processada, o que também é uma responsabilidade do profissional que preenche a DIRPF, segundo o Fenacon (2018).

Porém, além de todos esses trabalhos para evitar os riscos, a maneira mais utilizada, segundo os contadores, é a orientação. Os profissionais buscam orientar e conscientizar o contribuinte quanto a importância de declarar informações completas e verídicas, bem como a importância de reter a documentação comprobatória, explicitando a quais penalidades os contribuintes estão dispostos em caso de descumprimento de algum item.

Por último, foi questionado aos contadores se eles percebem mudanças no perfil dos contribuintes e das declarações, bem como na complexidade das informações contidas, nos últimos dez anos. O item que mais chama a atenção para os profissionais é a falta de atualização da tabela do Imposto de Renda, que resulta em um aumento no número de contribuintes e muitos são mais jovens, com uma faixa de renda não tão elevada. Segundo os profissionais, esses contribuintes mais jovens não demonstram tanto interesse em entender a DIRPF, e por isso existe uma certa dificuldade em conseguir as documentações necessárias para preenchê-las. Nesse ponto, os contribuintes mais antigos já estão cientes da importância de trazer as informações ao profissional e o trabalho com eles se torna mais fácil.

Outro aspecto citado foi a intensificação anual da fiscalização pela Receita Federal. Conforme o respondente 5, operações que antes não eram tão rastreadas pela RFB, hoje precisam ser informadas com detalhamento. Também houve uma facilitação em relação ao programa disponibilizado para preencher as declarações que, por meio do portal e-CAC, com o uso do certificado digital é possível importar informações sobre movimentações realizadas pelos contribuintes durante o exercício.

A complexidade, para o respondente 3, está nas novas operações, principalmente com bancos e corretoras de valores, e conseguir interpretar em qual bloco da DIRPF cada operação deve ser declarada. As operações de investimentos em Bolsa de Valores também estão se tornando mais frequentes, mostrando que os contribuintes estão investindo em meios considerados de alto risco.

Ao analisar as respostas em um todo, percebe-se que há pouca disparidade entre o sexo masculino e o feminino que declaram o IRPF, porém, em média os homens ainda possuem as maiores faixas de renda, e costumam ter declarações com mais operações e de maior complexidade. As faixas de rendimentos anual geralmente

estão em torno de R\$ 40 mil, ultrapassando um pouco o valor mínimo estabelecido para se enquadrar na obrigatoriedade. Há casos em que os totais de rendimentos possuem valores mais expressivos, porém são minoria.

Em relação a faixa etária, novamente destacam-se contribuintes jovens, com idades entre 30 e 35 anos. Esses contribuintes possuem um perfil mais investidor, e estão se caracterizando por realizar operações em ações, aumentando a complexidade das informações contidas nas DIRPFs, segundo os contadores. Em contrapartida, os profissionais afirmam que contribuintes mais jovens não demonstram muito interesse em entender a declaração, e essa falta de informação resulta em uma dificuldade maior na obtenção da documentação necessária.

A dificuldade na obtenção das documentações, assim como o nível de complexidade das informações, são fatores que interferem na formulação do preço dos serviços do profissional contábil. Os riscos não costumam ser levados em consideração porque, segundo os contadores, os mesmos se eximem de qualquer responsabilidade além do preenchimento correto das declarações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IRPF se tornou um imposto importante, tanto para os cidadãos, quanto para a economia brasileira, em função da receita que arrecada para o ente. Como o imposto incide sobre o valor dos rendimentos e posses, simples operações que resultem em saldos positivos, como ganhos sobre a venda de bens ou recebimentos de valores que ultrapassem o estabelecido, já estão dispostos ao IR e os contribuintes se tornam obrigados a entregar a DIRPF.

A presente pesquisa visou conhecer o perfil e as características das DIRPFs do Vale do Taquari, relacionando a complexidade das informações com os riscos inerentes.

O primeiro objetivo específico estabeleceu a identificação do perfil dos contribuintes analisando itens como suas áreas de atuação e rendas médias. Através dos dados coletados por meio das entrevistas e questionários, percebe-se que há pouca diferença na quantidade de homens e mulheres declarantes. As respostas dos profissionais apontaram que o número de homens ainda é superior, porém a quantidade de contribuintes mulheres vêm aumentando, enquanto que os dados coletados através dos questionários mostra que o número de mulheres é um pouco superior à quantidade de homens declarantes de IRPF.

As idades de maior destaque entre os contribuintes variam de 30 e 50 anos, representando a maior parte dos respondentes economicamente ativos que se enquadram nas obrigações da entrega da DIRPF. Há também contribuintes com idade acima de 50 anos, na qual grande parte são aposentados, e os mais jovens, com até 30 anos, porém esses geralmente não se enquadram na obrigação de

declarar o Imposto de Renda pela sua renda, e sim por algum outro motivo, como restituição e ganho de capital.

Em relação à área de atuação, notou-se que o Vale do Taquari possui atividades em variadas áreas, como indústria, comércio, serviços e autônomos. A área de atuação de maior destaque entre os contribuintes foi a área de serviços, seguido do comércio e indústria. Geralmente, a renda média oriunda do trabalho assalariado entre os industriários e comerciários é menor, girando em torno de R\$ 40 mil ao ano. A escolaridade entre esses contribuintes também costuma ser menor, alcançando o Ensino Superior em poucos casos. Já os autônomos, que foram minoria, e contribuintes da área de serviços tendem a ter uma escolaridade e renda mais elevadas. A maioria possui entre Ensino Superior e Pós-graduação, e somam valores de rendimentos mais expressivos durante o exercício.

O segundo objetivo buscou analisar o custo de elaboração das declarações, baseando-se na obtenção de informações necessárias e riscos assumidos. Boa parte dos contribuintes demonstraram ter conhecimento das documentações necessárias e disseram ter facilidade em obter essas documentações. Conforme os contadores, é feito um trabalho de orientação com os contribuintes para que eles entendam a importância de haver uma transparência na disponibilização das informações, e o resultado vem sendo positivo entre os contribuintes mais antigos.

Em relação aos riscos, ambas as partes estabelecem suas responsabilidades e concordam com isso, porém, esse não é um fator que influencia a formulação dos preços do serviço dos profissionais. Geralmente, há um valor mínimo pré-estabelecido, que pode sofrer aumentos conforme a quantidade de trabalho e tempo demandado para o preenchimento das declarações, e a facilidade com que o profissional obtém as informações necessárias.

Os riscos não influenciam no preço dos serviços porque o único risco incumbido aos profissionais é o de preencher corretamente as DIRPFs e, segundo eles, erros ligados a digitação incorreta são praticamente inexistentes devido a experiência que possuem. Já o tempo demandado e quantidade de trabalho gerado no preenchimento das declarações influenciam diretamente no preço devido ao fato de o contador atuar

na área de serviços, e usar esses fatores como base na formulação de todos os seus preços.

O objetivo específico de número 3 visou classificar o nível de complexidade das informações contidas nas DIRPFs do Vale do Taquari. O número de declarações entregues com a opção de desconto simplificado é maior, geralmente pelo fato de que os contribuintes não possuem os documentos comprobatórios de despesas incorridas no exercício, e por isso não podem ser deduzidas da base de cálculo do imposto.

Quanto à complexidade das informações, para os profissionais é uma questão muito relativa, que vai de acordo com o conhecimento e experiência que cada um possui em determinado conteúdo. Para eles, operações de maior complexidade são as que não são tão habituais entre as declarações, e por isso requerem um trabalho de pesquisa que possibilite ao profissional enquadrá-las de maneira correta na declaração.

As declarações costumam ser consideradas simples, definidas de tal maneira por não possuírem muitas operações em doações, poucas operações de investimentos em ações e carnê-leão, e geralmente possuem uma ou duas fontes de rendimentos. São poucos os casos em que as declarações possuem valores muito elevados e operações de difícil entendimento para os profissionais.

Em casos de declarações consideradas de alto risco, na qual a origem das informações são incertas ou não há documentos comprobatórios, a maior parte dos profissionais dizem não aceitar preenchê-las com a justificativa de que o valor cobrado não compensaria os riscos.

O último objetivo específico buscou relacionar o nível de complexidade das DIRPFs com os riscos que cada uma pode gerar. Os contadores afirmaram que se eximem de qualquer risco, assumindo somente a responsabilidade por preencher corretamente as declarações, de acordo com as documentações entregues.

A responsabilidade de coletar e reter todas as documentações necessárias, e disponibilizá-las com transparência é incumbida aos contribuintes, que precisam saber em quais fontes buscar essas informações. Certamente haverá uma dificuldade maior em conseguir coletar documentações relacionadas a operações que não costumam

ser frequentes, tanto por falta de conhecimento do assunto, quanto pela complexidade de algumas operações.

Com o intuito de facilitar a coleta das documentações, os contadores realizam trabalhos de instrução e orientação com os contribuintes, disponibilizando ferramentas como o *checklist* e o *feedback* para auxiliá-los. Outra técnica para diminuir os riscos utilizada pelos contribuintes é a conferência das DIRPFs preenchidas pelos profissionais e o arquivamento tanto de documentos comprobatórios, quanto da 2ª via da declaração.

Mudanças no programa da DIRPF também facilitaram tanto a coleta quanto o arquivamento das documentações. O acesso online ao portal e-CAC utilizando o Certificado Digital possibilita aos contribuintes e profissionais realizar uma busca rápida e completa de operações realizadas no período, com informações mais detalhadas, bem como o acompanhamento da situação da DIRPF até ser processada.

É perceptível a grande quantidade de declarações realizadas no último ano, abrangendo muitos contribuintes jovens e que muitas vezes não possuem uma renda tão elevada. Esse fato está relacionado com a falta de atualização dos valores da tabela do IRPF, fazendo com que a cada ano cresça o número de contribuintes. Geralmente esses contribuintes mais jovens tendem a ter um perfil mais arrojado, e muitas vezes realizam operações como por exemplo, em ações, aumentando o nível de complexidade das informações a serem declaradas.

O fato de a Receita Federal do Brasil estar ampliando suas redes de cruzamento de dados também influencia nas características das DIRPFs, que passam a necessitar um maior número de informações e mais detalhamento, com uma chance maior de identificar alguma inconsistência.

Devido ao grande aumento da quantidade de informações que necessitam ser declaradas, é de suma importância o trabalho desenvolvido entre o profissional responsável por preencher as declarações e o contribuinte. O contador é procurado para realizar esse trabalho por ser considerado detentor de maior conhecimento sobre o assunto, e cabe a ele como profissional, orientar os contribuintes da melhor maneira possível, para que em casos de necessidade de prestação de contas, estejam munidos das documentações necessárias.

Analisando de maneira geral, não percebeu-se contrapontos relevantes entre as respostas dos contribuintes e dos contadores, o que mostra que há uma conformidade no trabalho desenvolvido por ambos. Uma das respostas que diferiu entre eles foi a questão do gênero, na qual os contadores afirmaram que o sexo masculino ainda é predominante entre os contribuintes que declaram IRPF, e as respostas dos 153 contribuintes revelou que 60% eram do sexo feminino. O que pode ter influenciado essa disparidade entre as respostas é o fato de o questionário ter sido enviado também a uma rede de contatos particular, na qual a maioria são mulheres.

Para pesquisas futuras, sugere-se estudar a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados, em relação às informações declaradas nas DIRPFs que ficam em posse do contador. Pode ser feita uma análise dos tratamentos que esses dados devem receber, como arquivá-los e por quanto tempo, a questão do sigilo do profissional em relação às informações dos clientes, e as penalidades a que ficam dispostos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018. **Disponível em:** <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Instituição Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. Instituição Normativa RFB nº 1.871, de 20 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Código Tributário Nacional**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 13 mar. 2019.

BRASIL. Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 01 jun. 2019.

BRASIL. Lei 12.846, de 01 de agosto de 2013. **Lei Anticorrupção**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 13 mai. 2019

CASTRO, Fábio Avila de. **Imposto de renda da pessoa física: comparações internacionais, medidas de progressividade e redistribuição**. Dissertação (Mestrado em Economia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: UNIVATES, 2015.

COSTA, Regina Helena. **Imposto de Renda e Capacidade Contributiva**. Conselho da Justiça Federal. Fortaleza, 2003. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ERROS no informe de rendimentos do trabalho. **Jornal O Globo**, 01 de abril de 2019. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FAVACHO, Fernando Gomes. Mestrado em Direito Tributário. In: _____. **Definição do Conceito de Tributo**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

FERREIRA, Benedito. **A História da Tributação no Brasil Causas e Efeitos**. Brasília, p. 32, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIGUCHI, Hiromi. **Imposto de Renda das Empresas: Interpretação e prática**. 2017. Disponível em: <<http://www.crcsp.org.br>>. Acesso em: 22 mar 2019.

IBPT. Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. Disponível em: <<https://ibpt.com.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

IRPF - Declaração de Bens e Direitos. **Portal Tributário**, 2019. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

IRPF: Evite cair na Malha Fina. **Portal Tributário**, 2019. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

IRPF: Por que contratar um contador para preencher? **FENACON**, 27 de mar. 2018. Disponível em: <<http://www.fenacon.org.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Imposto de renda: conceitos, princípios, comentários**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: <<https://books.google.com.br/>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos: federais, estaduais e municipais**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria. (Coord.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RECEITAS Públicas. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

RFB. Receita Federal do Brasil. Disponível em: <<http://receita.economia.gov.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <<https://books.google.com.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito Tributário**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: <<https://books.google.com.br/>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2001.

TABELA do Imposto de Renda defasada em 95,4%. **Jornal O Dia**, Rio de Janeiro, 05 jan. 2019. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/economia/2019/01/5608373-tabela-do-imposto-de-renda-defasada-em-95-4.html>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

TERMOS relacionados ao Imposto de Renda. **Governo do Brasil**, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: EPU, 2001.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de questões das entrevistas

Objetivos	Entrevistas profissionais	Fichas na DIRPF
Objetivo Geral: Conhecer o perfil das declarações de Imposto de Renda Pessoa Física dos contribuintes do Vale do Taquari.		
Objetivo Específico nº 1: Identificar o perfil dos contribuintes através de suas áreas de atuação e renda média declarada.	1- Em média, como você define o perfil dos contribuintes para quem você preenche as DIRPFs? Analisando por gênero, idade, escolaridade. 2- Geralmente, quais são as áreas de atuação e faixas de renda anuais dos contribuintes?	Ficha 01 - Identificação do contribuinte Ficha 02 - Dependentes Ficha 03 - Alimentandos
Objetivo Específico nº 2: Analisar o custo de elaboração das declarações, baseado na obtenção de informações necessárias e riscos assumidos.	3- Quais fatores você leva em consideração na formulação do preço dos seus serviços em relação ao preenchimento da DIRPF? 4- Você percebe alguma resistência por parte dos contribuintes na disponibilização de documentações necessárias para o preenchimento da DIRPF? Em quais situações você encontra mais dificuldade?	Ficha 04 - Rend. Trib. Receb. De PJ Ficha 05 - Rend. Trib. Receb. De PF/Exterior Ficha 06 - Rendimentos Isentos e Não Tributáveis Ficha 07 - Rend. Sujeitos a Trib. Exclusiva/Definitiva Ficha 09 - Rend. Recebidos Acumuladamente Ficha 11 - Pagamentos Efetuados Ficha 13 - Bens e Direitos
Objetivo Específico nº 3: Classificar o nível de complexidade das declarações entregues no Vale do Taquari.	5-Normalmente, quais as principais características das DIRPFs que você preenche? 6-Como você define o nível de complexidade das DIRPFs que preenche, em uma escala de fácil, médio ou difícil? Quais os fatores que levam você a classificar as declarações de tal maneira? 7- Você aceita preencher declarações consideradas de alto risco? Por quê?	Ficha 04 - Rend. Trib. Receb. De PJ Ficha 05 - Rend. Trib. Receb. De PF/Exterior Ficha 06 - Rendimentos Isentos e Não Tributáveis Ficha 07 - Rend. Sujeitos a Trib. Exclusiva/Definitiva Ficha 09 - Rend. Recebidos Acumuladamente Ficha 11 - Pagamentos Efetuados Ficha 12 - Doações Efetuadas Ficha 13 - Bens e Direitos Ficha 14 - Dívida e Onus Reais Ficha 15 - Espólio Ficha 16 - Doações a Partidos Políticos
Objetivo Específico nº 4: Relacionar o nível de complexidade das DIRPFs com os riscos que cada uma pode gerar .	8- Quais os riscos que você assume ao preencher as DIRPFs conforme a complexidade de cada uma? 9- Você trabalha maneiras de diminuir os riscos e evitar penalidades? De que forma? 10-Você percebe mudanças no perfil e no nível de complexidade das DIRPFs nos últimos dez anos? Por quê?	Ficha 04 - Rend. Trib. Receb. De PJ Ficha 05 - Rend. Trib. Receb. De PF/Exterior Ficha 06 - Rendimentos Isentos e Não Tributáveis Ficha 07 - Rend. Sujeitos a Trib. Exclusiva/Definitiva Ficha 09 - Rend. Recebidos Acumuladamente Ficha 11 - Pagamentos Efetuados Ficha 12 - Doações Efetuadas Ficha 13 - Bens e Direitos

Fonte: Autora com base na pesquisa.

Apêndice B – Roteiro do questionário

PERFIL	1-Gênero	feminino
		masculino

PREENCHIMENTO		outro
	2-Faixa etária	até 24 anos
		25 anos até 38 anos
		39 anos até 51 anos
		52 anos até 64 anos
		acima de 65 anos
	3-Escolaridade	Fundamental
		Médio
		Superior
		Pós-Graduação
	4-Renda média mensal	Até R\$ 1.903,98
		De R\$1.903,99 a R\$2.826,65
		De R\$2.826,66 a R\$3.751,05
		De R\$3.751,06 a R\$4.664,68
		Acima de R\$4.664,69
	5-Área de atuação	Comércio
		Indústria
		Serviços
		Autônomo
	6-Você declara o Imposto de Renda por se encaixar em alguma obrigatoriedade? Qual?	Sim. Pela renda anual.
		Sim. Por ganho de capital na alienação de imóvel.
		Sim. Por posses de bens e direitos com valor superior ao estabelecido.
		Sim. Operações na Bolsa de Valores
		Sim. Outros.
		Não me encaixo em nenhuma obrigatoriedade, porém declaro IRPF anualmente.
	7-Quem é responsável por preencher e entregar sua DIRPF?	Eu mesmo
		Profissional de contabilidade
		Advogados
		Outros profissionais
	8-Quais fatores você leva em consideração ao contratar profissionais para fazer sua DIRPF?	Confiança
		O mesmo profissional que preencheu em anos anteriores
		Mais barato
		Prefiro preencher por conta
	9-Geralmente, qual é a opção de desconto de sua DIRPF?	Simplificada, pois não possui comprovantes das despesas declaradas, ou o montante do valor a abater com despesas é inferior ao desconto de 20%.
		Completa, pois possui os recibos de comprovação das despesas declaradas, ou o montante de

		despesas a abater é maior que o desconto de 20%.
		Não sei opinar
DIRPF	10- Em relação à documentação necessária para o preenchimento da DIRPF, você geralmente possui conhecimento prévio a respeito de quais documentos serão necessários e os disponibiliza imediatamente a quem irá preencher sua declaração.	Concordo
		concordo totalmente
		Indiferente
		Discordo
		discordo totalmente
	11- Você costuma informar com fidelidade os valores constantes em seus informes de rendimentos, bem como os valores com despesas dedutíveis ocorridas no período.	Concordo
		concordo totalmente
		Indiferente
		Discordo
		discordo totalmente
	12- Geralmente sua declaração pode ser classificada com um nível de complexidade maior, já que você possui investimentos em Bolsa de Valores ou no exterior, por exemplo.	Concordo
		concordo totalmente
		Indiferente
		Discordo
		discordo totalmente
	13- Em sua DIRPF, estão declarados todos os bens e direitos de sua posse, bem como os de seus dependentes, caso haja.	Concordo
		concordo totalmente
		Indiferente
		Discordo
		discordo totalmente
	14- Você tem facilidade em obter os informes de rendimentos e demais documentações necessárias para a DIRPF com as devidas fontes pagadoras.	concordo
		concordo totalmente
		indiferente
		discordo
		discordo totalmente
	15- Você recolhe mensalmente o Carnê-leão e ao fazer a DIRPF você abate do imposto devido o valor já pago durante o ano.	concordo
		concordo totalmente
		indiferente
		discordo
		discordo totalmente
	16- Você efetua doações à Fundos e Programas do Governo e as informa na DIRPF afim de diminuir o imposto devido.	concordo
		concordo totalmente
		indiferente
		discordo
		discordo totalmente
	17- Você concorda que o valor cobrado por fazer a DIRPF é equivalente aos riscos que o profissional assume de possíveis erros.	concordo
		concordo totalmente
		indiferente
		discordo

		discordo totalmente
RISCOS	18- Você possui todos os comprovantes das rendas e despesas declaradas para o caso de necessidade de prestação de contas.	concordo
		concordo totalmente
		indiferente
		discordo
		discordo totalmente
	19- Você guarda uma via da sua DIRPF e confere se os dados informados estão de acordo com a documentação disponibilizada.	concordo
		concordo totalmente
		indiferente
		discordo
		discordo totalmente
	20- Você e o profissional que preenche sua declaração estabelecem as responsabilidades de cada um perante a elaboração da DIRPF e sua prestação de contas.	concordo
		concordo totalmente
		Indiferente
		Discordo
		discordo totalmente
	21- Tendo em vista que você é responsável por disponibilizar toda a documentação necessária para o preenchimento da DIRPF, você concorda em assumir as penalidades decorrentes da falta de documentos ou entrega de documentos inválidos.	concordo
		concordo totalmente
		indiferente
		discordo
		discordo totalmente